

Composição da Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB



Giovani
Culau e
Coletivo



Cassiá
Carpes



Jessé
Sangalli



José
Freitas



Karen
Santos



Pablo
Melo



024ª CUTHAB 09JUL2024

Pauta: Compra assistida para os moradores das Ilhas.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): (10h08min) Bom dia a todas, a todos, aos que estão chegando. Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB. Aos que eu ainda não conheço, sou o Ver. Giovani Culau, presidente desta comissão. Esta comissão, Ver.^a Karen, desde o início dessa crise que nós temos vivido na cidade, que é a maior da nossa história, tem acompanhado de perto o tema da luta por... (Problemas técnicos no som.) ...E hoje, por tua proposição, Ver.^a Karen, nos reunimos mais uma vez, mas para tratar de forma específica da situação dos moradores e das moradoras das ilhas, que, diga-se de passagem, são uma das regiões mais gravemente afetadas por essa tragédia que nós vivemos. Hoje pela manhã, uma matéria do G1 noticiava que mais de 1.000 pessoas – e eu acredito que esses números são subestimados – seguem desalojadas na nossa cidade. Uma parcela delas em abrigos, mas, quando nós falamos dos moradores e das moradoras das ilhas, precisa, merecia a nossa atenção e a nossa luta o fato de que dezenas, na verdade mais de uma centena de pessoas, estão acampadas na beira da *freeway*. Isso demonstra a importância desta reunião que, como comentava, é de proposição da Ver.^a Karen

Santos. Quero cumprimentar a Isadora, que representa aqui a PGM de Porto Alegre; o Ramiro e o Diego, que representam o DEMHAB. Quero cumprimentar e agradecer a presença do Comassetto, que é vereador, mas, neste momento, está no Ministério da Reconstrução do Rio Grande do Sul, representa então aqui o governo federal, em especial no que diz respeito à política de moradia. Quero cumprimentar o Ver. Cassiá e o Ver. José Freitas, que são integrantes da comissão.

De imediato, quero passar para a Ver.^a Karen Santos, que é a proponente e que vai conduzir os nossos trabalhos na manhã de hoje. Muito obrigado, gente.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Bom dia a todos e todas. Estava conversando com o Culau para a gente pensar numa metodologia para a condução dos trabalhos. A gente teve uma audiência pública na semana passada, ali na UFCSPA, convocada pelo Ministério Público Estadual e pelo Ministério Público Federal, onde se tratou dos programas que estão sendo apresentados pelo governo federal em conjunto com o Município. Eu fui para ouvir especialmente sobre o processo de execução da compra assistida. Infelizmente, não estava presente naquela audiência a representação do Município de Porto Alegre, e foi colocado pelo Maneco, que estava na Mesa, que é o representante naquele momento do Ministério Extraordinário, que foi constituído para acompanhar a situação da enchente aqui da cidade, que a execução da compra assistida, o cadastro, o acompanhamento e o encaminhamento se dariam pelo Município de Porto Alegre. E aí, naquele momento, pensei em convocar uma reunião de comissão para que a gente consiga ter acesso a essas informações sobre como o Município está se organizando para dar conta da demanda que está posta. A Bruna e a Paloma me chamaram, constituíram um grupo no WhatsApp e me inseriram nele. Elas organizaram uma lista de pessoas – eu acho que deve ter mais de 100 pessoas ali naquela lista – com nome e endereço de pessoas que estão com disposição de se inserir dentro do programa da compra assistida. Ou seja, o próprio povo está se auto-organizando de novo para dar conta dessa demanda, mas a gente

precisa de uma contrapartida do Município, principalmente em relação aos prazos, porque a gente está há dois meses dessa situação que afetou a vida das pessoas. O Culau colocou bem, tem gente que ainda está em abrigo, tenho uma assessoria que está indo pegar pessoas que estão abrigadas para trazer aqui também para a reunião. A Bruna e a Paloma me perguntaram: “Karen, vamos de ônibus?” Eu falei: “Olha, neste momento, como é mais para a gente ter informação sobre como a Prefeitura está se organizando para dar conta dessa demanda, é uma reunião muito mais para a gente ter acesso a essas informações, prazos e também uma reunião para a gente pressionar, não tem a necessidade de vir todo mundo.” Então, aqui, gente, é uma parte, representação dessas pessoas que estão se organizando para ter o seu direito garantido, mas a gente sabe que a demanda é muito maior. Então, quero saudar a organização de vocês, saudar por vocês terem construído o grupo no WhatsApp, por terem se organizado, chamado as famílias para estarem aqui, as pessoas certas para fazer as intervenções.

O que eu quero propor? Que primeiro – e aí vamos ver se a gente tem acordo aqui da Mesa – a gente ouvir as pessoas que se deslocaram aqui para a Câmara para trazer os seus relatos das suas situações, das suas casas, como é que está a situação dos seus abrigos e como é que já estão vislumbrando moradias para a compra assistida. A gente faz uma rodada de umas dez inscrições, e depois a gente passa para os representantes da Mesa. Pode ser assim? Então, beleza, gente.

Quero convidar a Bruna e a Paloma, por gentileza, se vocês puderem compor a Mesa conosco. Isso me ajuda a organizar os moradores que farão as intervenções. A gente ouve os representantes da Mesa e, se tiver mais alguma dúvida, a gente faz mais uma rodada. O nosso teto normalmente é até meio-dia; se tiver demanda de debate, de questões, a gente obviamente avança, mas a ideia é de a gente encerrar os nossos trabalhos ao meio-dia. Estão abertas as inscrições, pessoal. Quem quiser se inscrever, fale com a Juliana, que está bem aqui na primeira fila, e com o Shin Nishimura, que está lá no fundo.

De imediato, passo para ti, Bruna, para trazer um pouco da situação. Como é que está a organização de vocês? O que vocês esperam desta reunião?

SRA. BRUNA DA SILVA RIOS: Bom dia a todos, meu nome é Bruna, eu estou aqui não só para representar o povo da Ilha da Pintada, mas de todas as ilhas, porque nós somos um povo que está cansado de morar numa área onde, toda vez que tem enchente, a gente perde tudo o que tem dentro de casa e que morre trabalhando para conquistar. Morre trabalhando de novo e perde tudo novamente. A gente está cansado de perder tudo dentro de casa. Toda vez que tem enchente, a nossa casa é afetada e, de acordo com os especialistas, depois dessa última, vai ser cada vez pior. A gente é muito julgado pelas pessoas nas redes sociais, que a gente mora lá porque quer, que a gente passa trabalho porque a gente quer, que o governo não aguenta mais ficar dando dinheiro, auxílio para a gente, que a gente não sai de lá porque a gente quer. Mas não é bem assim. Noventa por cento das pessoas que moram nas ilhas não aguentam mais enfrentar enchente. Nós não aguentamos mais ver os nossos filhos atrasados nas escolas. Já é o segundo ano em que a minha filha está atrasada. No ano passado, ela estudou quatro meses; hoje ela está no segundo ano, mas ela só enfrentou três meses de aula e até agora ela não voltou para a escola. Ou seja, qual vai ser o futuro dos nossos filhos morando naquele lugar? Qual vai ser o nosso futuro? Porque o que a gente consegue conquistar a gente perde. Então, a gente está pedindo pelo amor de Deus, porque não adianta os órgãos responsáveis passarem e fazerem uma vistoria por fora e darem a casa assistida só para quem teve a casa desmoronada. A minha casa, se tu olhares por fora, está perfeita, mas, se tu entrares, desde a última enchente de novembro, ela está com o piso completamente oco por dentro. Qualquer um sabe que aquela casa, a qualquer momento, vai desmoronar, e a ilha por baixo é oca. Quando passa um ônibus na frente de casa, tu sentes toda a casa tremer. Então, não precisa ser uma pessoa totalmente ignorante para saber que não tem mais condições de as pessoas morarem naquela área vermelha, naquela área de risco. A gente precisa sair daquele lugar, e a gente está implorando para que

vocês deem a compra assistida para a gente poder ter uma vida digna em outro lugar. Não só para quem perdeu a casa, mas para quem não aguenta mais viver desse jeito. Assim como o prefeito Melo falou em entrevista, na ilha, sim, tem pessoas de alto nível, de classe alta e classe baixíssima, renda baixíssima. Só que tem pessoas que não vão querer sair, eu compreendo completamente, porque tem uma parte da ilha onde a água é mais difícil de chegar, onde tem mansões, marinas e tal. Mas a área em que a gente mora, que é da Rádio Guaíba para baixo, onde pega o Mauá, qualquer água que sobe, a gente é afetado, metade da parede de água. Desta vez, na minha casa foi até o telhado, eu não tenho mais nada, eu estou fora de casa há mais de dois meses. Se os órgãos responsáveis passarem por lá e olharem minha casa, está ótima, pode voltar. Mas como que eu vou voltar? A minha casa está totalmente destruída por dentro, eu não tenho mais nada. Aí eu faço uma pergunta para vocês: o que vale mais a pena? Não precisa ser uma pessoa tão inteligente para saber. Os especialistas já falaram que, daqui para frente, vai ser cada vez pior. Então, o que vale mais a pena? Tirar o pessoal da área vermelha ou vocês continuarem gastando todo esse horror de verba do Município e do governo federal com pessoas, com auxílios, com trabalhadores tirando as pessoas de lá, com toda essa demanda que teve que ter de gente para ir lá salvar as pessoas. E muita gente foi esquecida lá, eu não quero nem tocar nesse ponto, porque essa não é a pauta da reunião. Muitas pessoas que ficaram lá falam que foi o povo salvando o povo, a gente foi abandonado nas ilhas, entendeu? Eu estou focando nas ilhas, eu sei que o Sarandi passou por isso, bairros de Canoas. Só que assim, foram bairros de exceção, aconteceu agora com eles, a gente está vivendo isso há anos, a gente está sofrendo com isso há anos, a gente não aguenta mais. Então, por favor, a gente está implorando que vocês deem a compra assistida para todos os moradores que realmente querem sair, por favor. Muito obrigada a todos por me escutarem. (Palmas.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada. Quero saudar também a Ver.^a Biga, que está compondo a nossa Comissão, não é dessa

Comissão, mas está aqui porque sabe da importância da pauta. Queria chamar o Fábio para compor a Mesa. Fábio, que é mais uma das pessoas que foram atingidas e está ainda em abrigo. Fábio, se quiseres fazer uma intervenção, estamos aí para te ouvir.

SR. FÁBIO: Bom dia, eu sou morador da Ilha da Pintada. Eu pedi ajuda ontem para a vereadora, pois aconteceu uma situação comigo lá no abrigo. Eu encontrei o prefeito Melo na ilha da Pintada uns dois dias atrás. Onde a gente está, a gente está sendo maltratado no abrigo, o povo que está na ilha, que é da ilha. A comida é péssima, o tratamento é péssimo, eu filmei tudinho o que acontece com a comida, que é o dinheiro público, nossos impostos jogados no lixo, eu tenho as provas. Nós éramos em torno de 50 pessoas, vinha 70 marmitas todos os dias, a metade delas, bem dizer, a maioria, ia tudo fora, porque a comida é horrível. Meu filho faz dois anos que não termina a escola, como ela relatou, minha casa já tinha sido condenada em setembro, eu estava morando de aluguel, fui posto numa pousada Garoa, no ano passado, me retiraram de lá, voltei obrigatoriamente para dentro da ilha, porque eu não tinha para onde ir. Hoje, eu estou de novo sem casa, meu filho sem escola, morando no abrigo e sendo maltratado. Meu filho perdendo peso, está emagrecendo, pois eu tenho que estar gastando dinheiro, que eu não tenho, para alimentar ele. Aí eu fiz a denúncia para pedir socorro para a vereadora. Ontem, eles tentaram me tirar na marra de dentro do abrigo. Se não fosse a vereadora intervir, hoje eu estaria lá no Centro Vida, porque eu sou a voz do povo da Ilha da Pintada que está dentro desse abrigo lá. Esse é o meu relato, pois fui obrigado a pedir socorro para ela ontem.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Atos 68...

SR. FÁBIO: Quem cuida lá é Atos 29.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Atos 29, enfim, a gente conversou... É ali na Zona Sul, perto da Hípica, na sede campestre. Importante esse relato, gente, porque a população está há dois meses nessas condições, então, faz parte dentro desse contexto da urgência. O Sr. Wilson Leite está com a palavra.

SR. WILSON RIFRANO LEITE: Eu encontrei, na sexta-feira, um engenheiro do DEMHAB fazendo um levantamento na Ilha dos Marinheiros, e ontem de manhã de novo. Eu perguntei para ele qual era a ideia daquele levantamento. Na verdade, é uma pergunta que eu quero fazer. Vai haver uma compra assistida? Esse engenheiro me respondeu que é um cadastro para reformar as casas, reconstruir as casas. Não entendi nada, por isso que eu estou perguntando isso. Moro na Ilha dos Marinheiros, na Rua Nossa Senhora Aparecida.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Wilson. Depois a gente vai ter a rodada de respostas. Liane Antônia.

SRA. LIANE ANTÔNIA SOUZA FARIAS: Moro na Ilha Grande dos Marinheiros há 44 anos. A pergunta que eu gostaria de saber. O que realmente o poder público está pensando em fazer para o povo das ilhas? Porque até agora não vi nada. Eu gostaria de saber das pessoas que, tipo assim, foram lá na minha casa e fizeram uma vistoria. Certo? Se eles disserem que a minha casa está apta para morar, e se eu não quiser morar? Essa é a pergunta que eu gostaria de fazer. Eu não sou obrigada a ficar onde eu não quero. Até porque, no ano de 1976, quem me jogou dentro da Ilha foi a própria Prefeitura. Entendeu? Num lugar que muita gente diz assim: "Por que tu moras lá?" Na verdade, quem me jogou lá foi a própria Prefeitura. Outra coisa, nessa enchente que teve agora, se não fosse os moradores, um ajudar o outro, a gente tinha morrido dentro de casa. Não adianta. Eu cheguei a ir para a ponte, fiquei sete dias lá embaixo da ponte e, assim, os órgãos não estão nem aí para as ilhas, principalmente Ilha Grande, Ilha do Pavão; todas as ilhas, na verdade, a gente é esquecido mesmo. Um empurra para o outro, ninguém faz nada. Essa é a grande verdade. Eu gostaria

de ter uma resposta concreta, porque esse negócio de: eu acho, daqui a pouco... Porque não dá mais para aguentar as promessas que fazem na mídia, e não fazem nada. Cada dia que passa, é uma resposta, e aí o povo fica na dúvida, sem saber o que fazer. Então, a gente precisa urgente, como a Paloma falou, de uma resposta. Isso é para ontem, para anteontem, porque não dá mais para aguentar. Esses auxílios, que eles falam que estão dando, não paga nada, se comprar duas coisas já se foi o dinheiro, e aí eles acham que estão dando muito, não é isso. Eu mesma estou até agora em análise, não sei do quê, mas estou, como várias pessoas que, desde setembro até hoje, não receberam nem a visita da Defesa Civil. Desde setembro, tem gente que está esperando até hoje. É isso, por favor, olhem para o povo das Ilhas, não é só em ano de eleição, tem que ser sempre assistido. (Palmas.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Liane. Vou chamar o próximo inscrito, o padre Rudimar.

SR. RUDIMAR DAL'ASTA: Bom dia. Sou da reitoria das ilhas, reitoria que representa todas as ilhas, não é paróquia, então, uma reitoria, e eu sou reitor. É bom rever os nossos amigos e amigas das ilhas depois de tanto tempo. É bom a gente fazer primeiro um histórico, a gente vem acompanhando dois momentos de compra assistida. Primeiro deles, é uma dor muito grande quando veio a compra assistida, quando foram construir a ponte do rio Guaíba; o DNIT foi, uma dor muito grande que a gente enfrentou, um processo muito lento. O segundo, é que até agora muitas famílias ainda não receberam a visita da Defesa Civil de outros momentos que a água encheu. Então, a gente começa a se perguntar. Promessas, promessas, e até agora nada. O processo está muito lento, quando a gente fala em recursos, para ajudar o povo das ilhas. O aluguel social é lamentável também, muito demorado. O processo do governo, R\$ 5,1 mil, muito lento também. Esses dias eu escutei uma promessa, que até agora não se cumpriu, vereadora... (Ininteligível.) temos que começar a cobrar um pouco mais, vamos fazer grandes mutirões, e até agora nada. A minha pergunta para a

Prefeitura, duas perguntas. Primeira delas, eu escutei que até agora ninguém tem acesso à compra assistida, porque a Prefeitura vai abrir um *link* - isso é correto ou não? Segunda, de vez em quando, eu escuto que o melhor é ir direto na Caixa Econômica Federal e tratar com o pessoal da Caixa e já levar o vendedor junto, que se torna tudo mais rápido e mais fácil. Então, essas coisas não estamos sabendo. Nós estamos lá nas Ilhas há dois meses, o povo pelo povo, nós por nós. A gente escuta, escuta e até agora nada. Nós temos que colocar as coisas mais objetivas. Se é compra assistida, quando, onde? Tem gente que não vai voltar para casa. Os abrigos e os relatos... por favor, é desumano. Na igreja, o salão serviu de abrigo, agora também, mais nada, só doações. As nossas igrejas, as nossas casas. Tem casa que não tem mais condições. Tem que ter prazo para isso, ou nós vamos voltar de novo, daqui a 15 dias, sentadinhos aqui, mais um vereador vai chamar – vamos tratar da compra assistida. Nossa, daí é cansativo, aí a gente começa a se indignar, depois a gente faz mobilizações, tranca a BR –oh, o povo da Ilha estão só fazendo manifestações –, aí não. Nós temos que sair daqui hoje com coisas objetivas: vai ser assim, assim e assim. O povo pede socorro. Nós queremos coisas objetivas: vai ser desse jeito, dessa maneira. Obrigado.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Baita padre, obrigada. A Sra. Beatriz Gonçalves está com a palavra.

SRA. BEATRIZ GONÇALVES PEREIRA: Bom dia a todos e todas. Bom dia à Mesa. Não quero ser repetitiva, primeiro, saudar o povo das Ilhas, estava com muita saudades de muitos de vocês. Assim como foi dito aqui, eu acho que a gente tem que sair daqui hoje com coisas definidas: o que é essa compra assistida, para quem é, por que é, e quando é, Muitas pessoas nesta lista querem sair das Ilhas. Opa, cuidado, legal, vamos sair. E quem vai ficar? Não podemos deixar que o poder público se furte de continuar colocando todas as políticas lá, dentro das Ilhas, para quem vai ficar, porque, daí o governo simplesmente... olha, vamos lavar as mãos. Gente, tem que explicar, porque, como o padre Rudi

disse, a gente vai ser muito repetitiva aqui, as coisas têm que ser claras, não dá para ficar com palavras bonitinhas. Na mídia, vai ser numa reunião, dizem uma coisa; a mídia diz outra; o governo estadual diz uma coisa; o Município diz outra, e o federal diz outra. Afinal de contas, estão tratando a gente como quê? Nós somos seres humanos, e os direitos humanos estão aí para dizer isso, que nós temos os nossos direitos. Chega, são dois meses.

Outra coisa que eu não consigo engolir, meu povo, com toda a tecnologia e avanço que temos, ninguém sabia que teríamos uma inundação? Porque isso não foi uma enchente. Isso foi, mas ninguém sabia? Olha, eu já vi alguns filmes, e alguma coisa me diz que alguém sabia disso! Mas isso está sendo vantajoso para quem? Para alguém deve estar sendo. Eu vou fazer um pedido aqui, que digam as coisas às claras, que tragam respostas para nossa comunidade. E as Ilhas sempre foram esquecidas, sim, as Ilhas sempre ficam para depois. Aqui, saudando todas as coirmãs e regiões que também foram atingidas e que também precisam desse amparo e desse esclarecimento. Chega! Nós estamos cansados.

Então, eu sou a Beatriz, a Bia da Ilha, Povo de Matriz Africana. E que se tenha respostas. Chega de esperar, não dá mais. São vidas. Sem contar quem está nos abrigos. Quero fazer um relato para vocês, eu sou uma das que estão fora de casa, estamos atendendo, através do Povo de Matriz Africana, 70 famílias que não receberam nada de ninguém, a não ser do povo, pelo povo e das ONGs que estão lá. São 70 famílias das Ilhas que estão espalhadas nos mais diversos lugares. Então, é muita coisa, mas o poder público tem que se mexer, ele é pago por isso, e os nossos impostos são muito bem pagos e muito bem empregados para que se tenha resposta e para que não sejamos enrolados.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, Beatriz. Vou chamar agora a Ana Cláudia Nunes Lemos, da Ilha dos Marinheiros.

SRA. ANA CLAUDIA NUNES LEMOS: Bom dia a todos, bom dia aos moradores das Ilhas, meu nome é Ana Cláudia. Eu estou muito triste, sabem, vocês não

imaginam a tristeza que é você não conseguir abrir o portão da sua casa para entrar. Eu não consegui ainda entrar na minha casa. Eu estou morando de favor, agradeço as pessoas que estão me ajudando. Já é a quarta enchente. *Links*, internet, tem pessoas idosas aqui que não sabem nem mexer no celular. A minha casa caiu, minha casa está com metade caída. Caiu a casa do meu vizinho, caiu o muro do meu vizinho, no meu pátio. Eu não tenho condições de... mesmo se eu limpar a minha casa, não dá para morar, está toda mofada, está toda podre. Eu não sei como aconteceu, mas apodreceu as parede. Diz se um ser humano tem condições de viver assim?

Eu peço aos governante, muito agradeço os R\$ 5,1 mil, mas, com R\$ 1,1 mil, não resolve a vida de ninguém. Nós precisamos... Nesse momento, tem pessoas morando na rua para não deixarem suas casas sozinhas, para não serem pegadas as suas casas. É muito bonito, agora vem política, vai vir um monte de político querer fazer um monte de coisa, mas, na verdade, não resolvem nada. Nós queremos sair daqui com uma solução. Meu sogro se criou na Ilha, mora há 50 anos na Ilha, não quer sair. Ele disse para mim que, se a Prefeitura chegar aqui e disser para mim que vai me tirar daqui, eu quero sair. Ele fez uma casa de 2 metros de altura, vendeu o carro dele – vou fazer uma casa bem alta para não pegar água –, e a água entrou na casa dele, casa nova. Ele se desfez de um bem particular, para poder levar no médico, para poder ir ali e aqui, mas estão lá, não sabem mexer com a internet, não sabem nada! Não receberam nem os R\$ 5,1mil ainda. Eu acho que temos muitas pessoas estudadas, muita internet, muita tecnologia, podiam fazer um mutirão nas Ilhas e resolver esse problema para nós. Nós não estamos pedindo nada além do que precisamos. A gente precisa é de uma solução. Obrigada.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada Ana. A Sra. Laci Hijschu está com a palavra.

SRA. LACI HIJSCHU: Bom dia a todos e todas, meu nome é Laci Hijschu, sou presidente da Associação de Moradores da Ilha das Flores. Mais uma vez,

estamos aqui, já estivemos em outras audiências públicas, então, para implorar para vocês, por favor, ajudem a gente. Desde a pandemia, as crianças estão sofrendo nas Ilhas, principalmente na Ilha das Flores, que eu represento, as crianças não estão tendo aula, porque o colégio Oscar Schmitt está embaixo d'água ainda, a instituição da educação infantil, que eu sou a dirigente, também foi afetada pela 3ª, 4ª vez já. Agora a gente perdeu tudo. A gente começou ontem com as crianças, tivemos 16 crianças de volta nas Ilhas, que eu precisava atender essas criança que estão de volta na Ilha, a gente arrumou duas salas, e está atendendo a eles, graças a Deus, chegaram bem felizes de volta para a escola. Gente, é muito triste morar nas Ilhas, 95% das pessoas que eu cadastrei na Ilha das Flores querem a compra assistida, mas a gente precisa de uma resposta rápida, para ontem: o que vai ser feito, quem tem direito, esclarecer as pessoas, porque um diz uma coisa, o outro diz outra. As pessoas ficam todas desorientadas e aí ficam falando no grupo, um dá uma notícia, outro dá outra, fica todo mundo desesperado, não sabe o que fazer. E a gente não sabe concretamente qual é a resposta que vai dar para esse povo; então, a gente precisa... Eu também estou fora da ilha, fiquei um mês na casa da minha prima, aluguei um apartamento, estou no Rubem Berta porque minha casa está condenada; então eu preciso também, eu também quero a compra assistida, mas, enquanto isso, a gente está lá, lutando pelo povo. Eu tive ajuda de uma grande amiga, Andrea Jaeger, do instituto Redecriar; então, a gente acolheu o pessoal que estava fora, que estava em casa de família, a gente levava cesta básica, mantinha... Ela que me ajudou durante a pandemia, pegava o carro dela, e a gente ia atender. Eu disse: vamos atender esse povo que está nas casas de família, que não têm como buscar, estão sem dinheiro, muitos desempregados, então vamos acolher essas pessoas. Quem está na faixa está tendo ajuda; os outros, não é, essas pessoas. Então, graças a Deus, com a ajuda dela, a gente conseguiu atender bastante famílias. E é isso, a gente pede, implora, por favor, olhem para nós – uma resposta concreta, alguma coisa. Tem direito, não tem direito, tu vais sair, tu não vais, é só isso que a gente quer, mas para ontem tá. Muito obrigada.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): O Sr. Átila Silveira está com a palavra, morador das ilhas.

SR. ÁTILA SILVEIRA: Bom dia, bom dia a todos, bom dia povo das ilhas, todo pessoal que hoje, nesse frio, compareceu aqui nesse momento muito importante para nós, bom dia Ver.^a Karen, obrigado pela proposição, ao Giovani Culau e Coletivo, por aceitar essa proposição, bom dia ao pessoal da Prefeitura – finalmente vou conseguir ver vocês, mas Karen, Giovani e a todos os demais vereadores, Bruna, Biga; Fábio, ontem eu não consegui te atender, já estava dormindo, mas quero pedir licença, Giovani e Karen porque toda vez... Eu prometi para mim que toda vez que eu fosse falar em algum espaço público, antes de começar minha fala, eu iria parabenizar e agradecer a todos os moradores que, durante 15 dias, mantiveram nosso povo lá dentro, vivo, quando eles nos abandonaram, porque nós fomos abandonados e não morremos de fome, sede e frio graças a nós e aos moradores que colocaram as suas vidas em risco para nos deixar vivos lá, cuidando do pouco que nos tinha restado. Então, obrigado e parabéns a todos os moradores que fizeram isso nos primeiros 15 dias, porque realmente nos abandonaram, e a gente sabe que foi. E, para entrar na pauta, pessoal, vocês estiveram lá na audiência do MP, vocês viram a minha fala, eu queria já, não sei o que vai ser dito depois, mas já pedi para que não responsabilizem o governo federal por nada, porque se começar a colocar no colo do governo federal, que não está aqui hoje, vai ser... Está? Ah, o Comassetto, não o vi, então desculpe, porque, assim, o que eu falei lá, vocês viram; a gente está cansado de ir a reuniões em que a Prefeitura fala que é responsabilidade do governo federal e o governo federal fala que é responsabilidade da Prefeitura. E aí ficamos nós, na plateia, nesse jogo de empurra-empurra, ficamos nós na beira da BR, nesse jogo de empurra-empurra. Quem vai resolver, como vai resolver? Se tiver que sentar várias vezes para conversar sobre isso, que sentem todos – eu não tenho visto o governo federal, o governo estadual, o Leite também sumiu, e aí eu quero falar então,

Comassetto, para ti, que o Paulo Pimenta, nosso ministro, quando esteve lá na igreja, conosco, inclusive o padre estava junto, ele falou – nós temos gravado – que toda a área atingida seria contemplada pela compra assistida, sem nenhum requisito, isso nós temos gravado e nós vamos ajuizar todas as ações possíveis se isso não acontecer. A Defensoria Pública vai ter que nos ajudar com isso, porque tem gravado, e ele disse. E o Melo falou que nós seríamos contemplados também, apesar de ter falado ainda aquela besteira que não era para nós estarmos lá, e o próprio Luiz Ernandes, que hoje não pode estar aqui, jogou na cara dele que se nós não podemos estar lá por sermos ribeirinhos, o centro de Porto Alegre tem que sair todo também, porque também é ribeirinho. Então, se o Melo também falou, que se cumpra, porque nós vamos ajuizar o maior número de ações possíveis, certo! Prefeitura, aluguel social, que brincadeira que estão fazendo conosco, têm pessoas com renda de R\$ 1.200,00 e não foi aceito porque ganha R\$ 1.200,00. O que a gente vai fazer com R\$ 1.200,00 se tiver que pagar aluguel. Estão ligando para Prefeitura, falando que o limite é R\$ 700,00 para ser aceito no aluguel social. Quem é que ganha R\$ 700,00 ou melhor R\$ 701,00 e vai conseguir pagar aluguel, ainda fazer rancho, cuidar de toda família e ter que pagar creche – estamos tendo que pagar creche particular porque a Prefeitura não está dando conta das transferências escolares; ou melhor, a Karen é lutadora da educação, Biga, a Prefeitura nunca deu conta da educação infantil em Porto Alegre, isso de outras gestões; agora está pior ainda; então, quem é que vai conseguir pagar aluguel com R\$ 701,00, escola particular com R\$ 701,00, alimentação com R\$ 701,00. Isso aí é brincadeira que estão fazendo conosco, falar que o limite é ser R\$ 700,00. E se não for R\$ 700,00 vocês têm que ir lá na central telefônica do aluguel social e informar para eles que não é, porque eles estão passando isso para o povo, que o limite é R\$ 700,00. Se não for, que comece então a acontecer o aluguel social, porque eu te garanto que 30, 40% dos que estão aqui pediram aluguel social e não foram contemplados; então, vocês estão vendo. Agora, sobre a compra assistida, voltando também; o povo das ilhas já está completamente estressado, foi um caos – vocês não comecem também com essa história de ter que ir até o a casa

dos conselhos, não comecem com essa história de ter que ir até a SMDS, por favor, vão até o povo, vão até o povo, vão até as ilhas. E outra: a região Ilhas, não é só a Ilha da Pintada, não é posto avançado só na Ilha da Pintada; a região Ilhas, é Ilha grande, Ilha do Pavão, Ilha das Flores, porque ficar lá de bonitinho, colocar subprefeitura lá de bonitinho, no seco, na praça, na Ilha da Pintada é fácil; eu quero ver lá no barro na Ilha Grande dos Marinheiros, a subprefeitura ficar lá, eu quero ver o posto de saúde ficar lá na Ilha Grande, lá na Ilha das Flores, no meio do barro, não no sequinho, no primeiro lugar que limparam, inclusive, que foi a praça. Eu quero ver estar no meio do barro. Olha, os nossos tênis nunca estão limpos; a gente está no barro. Aí tu olhas os de quem está na subprefeitura, tu olha os dos gestores, lá da região, sempre limpos. Como isso? Isso eu não consigo entender, não consigo acreditar que isso esteja acontecendo. Então, pessoal, vamos junto ao povo, vamos em direção ao povo; vocês estão em cargos públicos graças ao povo; então, agora é hora de atender o povo, esqueçam politicagem, esqueçam o ano de eleição, façam o que vocês são pago para fazer, atender o povo, todos vocês. Eu encerro a minha fala como encerrei no MP, além de ter o atendimento lá, nós queremos uma audiência pública gigantesca dentro das ilhas, porque aqui hoje o foco são as ilhas, mas nós estamos indo em audiências públicas que tem outros focos também, nós não estamos dizendo que não tem que ter outras lutas, mas nós queremos uma audiência pública dentro das ilhas, para vocês ouvirem com calma os moradores que não conseguem vir aqui, e de preferência no final de semana, pessoal, porque vocês estão fazendo o pessoal ter que trabalhar para ganhar um pouco mais de R\$ 700,00 e ter que vir à audiência pública durante a semana, muito bom, mas se puder organizar uma audiência pública no sábado ou domingo para todos os moradores que estão nessa batalha poderem comparecer; então, eu agradeço vocês. Obrigado, Karen; obrigado, Giovani, a todos presentes novamente. E a luta... Ah, mais uma coisa, mais uma coisinha, nós falamos de movimento social aqui e lá. O padre falou aqui sobre a ocupação da BR; então, assim, nós estamos conversando, estamos tentando dialogar, mas se for preciso ocupar a BR, como eu falei no MP, nós veremos o maior movimento social

acontecer em Porto Alegre: as ilhas se mudarão para beira da BR, porque se nós pudemos ficar lá durante a enchente, porque era calamidade, nós continuamos sem casa para morar e continuamos em calamidade; então, nós vamos morar na beira da BR. Obrigado!

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Átila. A Sra. Simone Rodrigues, da Ilha das Flores, está com a palavra.

SRA. SIMONE RODRIGUES: Bom dia, sou da Ilha das Flores, estou aqui pedindo ajuda também, clemência, porque o nosso povo está merecido; muitas crianças passando por muitas necessidades na BR, idosos, animais perecendo, morrendo atropelados, e a gente precisa de ajuda. A gente quer esse auxílio, quer saber quando vai ser, quando não vai ser, quando vai sair essa função dos alugueis dessa função das casas, das compras das casas. A gente vai ter, quando vai ser esse auxílio para nós? Nós precisamos para ontem isso, então é esse o meu pedido para vocês, o quanto antes chegar. Obrigada.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Simone. A Sra. Maria Antonia está com a palavra.

SRA. MARIA ANTONIA MARTINS: Bom dia a todos, bom dia à Mesa, bom dia aos colegas, que a gente pode chamar de colegas, porque eu estou lá na ilha, sou de Porto Alegre, moro na Av. Independência, tenho a minha profissão, e todo final de semana, agora com um pouquinho mais de frequência, eu estou conseguindo ir até os acampamentos que temos ali nas BRs. O que eu vejo? Pessoas com fome, crianças com autismo brabas – porque elas ficam brabas, muito brabas. Até mesmo quando eu cheguei, uma pessoa veio gritando, gritando, me segurando por ali e perguntando: “Tia, você me trouxe um presente?”. Eu disse que não, eu tinha levado Toddynho, eu tinha levado bolachinhas de caixas, que eu tinha comprado – era um domingo à tarde.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Camarada, pessoal, divergências, se inscrevam, e a gente vai ouvir todos, porque toda fala é importante para a gente conseguir ter essa ata. Quero refazer um acordo aqui: a gente espera quem está falando no microfone, e aí depois a gente segue as inscrições, todo mundo vai falar, só para não atravessar a fala de quem está falando, gente. Beleza? Vamos seguir então. Obrigada.

SRA. MARIA ANTONIA MARTINS: Isso é muito importante, é uma questão até de educação. Eu tenho as filmagens para provar para essa senhora o que as pessoas relataram para mim. Não estou aqui brincando, não tenho nem idade mais para brincar com ninguém, tenho relatos e filmagens das pessoas, elas me disseram isso, que comem quando vocês – ou essa senhora – passam e deixam as marmitinhas quentinhas para elas comerem. Eu tenho relato disso. Não sou eu que estou falando, senhora, isso é relato, e eu tenho filmado no meu celular. Agora, quanto ao prefeito, aos representantes do prefeito, ao representante federal e ao representante do Estado que estão aqui para representar o Estado, para representar essas famílias, para representar o que nós vamos fazer... Eu tenho uma denúncia feita para os Direitos Humanos, onde eu coloquei todos, todos, e eu não sou sozinha, eu estou falando aqui sozinha porque as outras pessoas entram na hora que elas tiverem que entrar. Eu fiz uma denúncia, porque tem pessoas, sim, senhora, que têm fome; tem, sim, senhora, pessoas cadeirantes andando em uma lama que eu entrei e pegava na metade da minha bota. Eu, distribuindo leite com bolacha na BR, ali onde eles estão, as famílias pegando do meu carro ali os seus *kits*, senhora, e veio um senhorzinho agradecendo ali, veio um senhorzinho magro, desnutrido, sofrido, perto do meu carro e disse assim, bem baixinho, para mim: “Eu posso pegar um?”. Falei: “Claro, o senhor pode pegar, é para vocês”. “Eu não tenho família, eu não tenho mulher, eu não tenho filho, mas eu posso pegar?”. Isso não comove vocês? Ele é um homem, ele ficou com vergonha de pedir para mim um saquinho de leite

em pó e uma bolachinha para ele comer. Olha só a consciência da pessoa onde vai. “Sim, o senhor pode pegar, é seu, pode pegar”. “É que eu não sou casado, eu não tenho ninguém, eu sou sozinho”. “Mas você tem fome igual ao seu companheiro”. E, aqui, senhora, eu acho que eu estou ajudando, a senhora vai ter o direito de falar. Eu tenho provas no meu telefone que eu não fui ali fazer brincadeira, eu fui ali para ver a situação, e essa situação vai seguir em frente, sim, porque nós não estamos só no Rio Grande do Sul. Na compra...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. MARIA ANTONIA MARTINS: Todo mundo falou na compra, eu acredito que eu também tenho esse direito, não vai atrasar, podem ficar tranquilos. Eu acho, assim: prefeito, parabéns, está fazendo o que você deve fazer.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Conclua.

SRA. MARIA ANTONIA MARTINS: Não, eu não moro na ilha, eu moro muito bem, eu só estou tentando ajudar.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. MARIA ANTONIA MARTINS: Moro muito bem, obrigada, mas eu estou tentando ajudar vocês, eu não estou aqui de brincadeira hoje. E o prefeito não está fazendo porque o prefeito deve estar sem o dinheiro que o governo federal deveria passar para ele também. O prefeito não consegue fazer tudo sozinho.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Tempo, Maria, pode concluir.

SRA. MARIA ANTONIA MARTINS: Onde está o governo federal para ajudar o prefeito nisso? Onde está? Aqui, tem representante da Prefeitura, acho, tem tudo.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

SRA. MARIA ANTONIA MARTINS: Eu gostaria muito que vocês prestassem atenção nisso. Nós não estamos brincando, gente.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Para concluir, Maria.

SRA. MARIA ANTONIA MARTINS: Não estou brincando, gente. Agora, quanta compra social...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Pessoal...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

SRA. MARIA ANTONIA MARTINS: Você acabou de dar um tiro no pé dizendo isso.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Para concluir, pela terceira vez, Maria, por gentileza, vou te pedir respeito por esse espaço também público. Vou pedir também para os companheiros que estão ouvindo.

SRA. MARIA ANTONIA MARTINS: Se vocês me deixarem falar, eu concluo. Se me deixar falar, eu concluo.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Já passou o tempo, Maria, estou tentando ser bem democrática, dando o mesmo tempo para todo mundo.

SRA. MARIA ANTONIA MARTINS: Deixa que eu conclua. Federal, estadual, Prefeitura, trabalhar em união e tirar aquele pessoal de lá. Vou parar, porque acredito que não queiram mais que eu fale, mas não tem importância. Eu posso ter a certeza de que eu não falei nenhuma bobagem.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, Maria, pela tua intervenção.

SRA. MARIA ANTONIA MARTINS: Eu agradeço vocês e estarei mais vezes, vocês podem ter certeza que me verão muito mais vezes.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Perfeito, toda terça a gente tem reunião de comissão das 10h às 12h aqui, espaço aberto, estão todos convidados. Por gentileza, Douglas, da rádio da Ilha da Pintada; e, na sequência, Sandra. A gente está encerrando as inscrições, tem mais duas pessoas inscritas, além desses dois que eu coloquei; e aí, depois, a gente passa para as representações. Lembrando que o nosso teto é 12h, e a gente vai conseguir ter um bom momento de escuta a partir das dúvidas, dos questionamentos que forem levantados. Douglas, por gentileza.

SR. DOUGLAS RAFAEL BRITO PINTO: Bom dia. Obrigado a todos por estarem aqui. A senhora falou tudo agora, ela disse que mora bem porque não mora nas ilhas. Ela falou tudo. Se ela está para ajudar, ela falou tudo. Não preciso falar mais muita coisa, todo mundo já falou. Só assim, gente, o que eu vim preparado para falar já foi falado, vocês já estão sabendo. As pessoas querem ajuda, as pessoas querem aproveitar a compra assistida que vocês querem dar para quem perdeu a casa para poder sair também, quem quer sair. Muita gente não quer sair; eu, inclusive, não quero sair da ilha, eu moro na Ilha da Pintada da rádio para baixo, onde vocês nem vão para fazer entrevista, vocês vão na praça, que eles limpam, deixam bonitinho, aí pegam as pessoas de lá para fazer entrevista. As pessoas dizem: "É muito boa a ilha, a gente só precisa de uma ajuda disso,

de uma ajuda daquilo”. Vocês ajudam, beleza, mas e o pessoal da rádio para baixo? Quando pega água, que é sempre, sempre, principalmente quando vocês fecham as comportas, a água sobe lá, na Ilha da Pintada, da rádio para baixo, para quem não sabe, a água sobe lá. “Vamos fechar as comportas”, e a gente fica já apavorado. “Vamos sair, vamos sair, vamos sair”. Gente, a gente fica dentro d’água, a ajuda não chega, não chega lá embaixo, se não é o Átila ou a Bia dar uma força lá, levar alguma coisa, ninguém... O padre também ajudou bastante. Obrigado, padre. Olha só, se não são eles, não chega ajuda. A Defesa Civil não desceu porque tem correnteza ali na rádio; o Exército não desceu porque pode ter buraco, a água estava alta demais. Foi um amigo nosso lá da Ilha das Flores ajudar um parente nosso, quase morreram na rua do cemitério, quase morreram, pararam lá embaixo. Porque a Defesa Civil disse: “a gente avisou todo mundo pra sair, não saíram porque não quiseram. Não tem como salvar!” Falaram isso pra nós, moradores. Falaram pra nós! Falaram! Estou olhando nos olhos de todo mundo. Falaram! Aí, no caso, a gente está tentando sair, pedindo ajuda. As pessoas estão fazendo como a fiscalização nas moradias pra ver se dão a compra assistida ou não – eu imagino que é isso. Mas o jeito que estão fazendo: uni, duni, tê, aquela ali vai; não, aquela lá não vai; aquela ali vai; aquela ali dá pra usar. Gente, se vão fazer uma fiscalização, chame o morador, leve o morador junto, olhe dentro, tem engenheiros. Pra quê tem engenheiros se vão olhar do lado de fora? “Ah, aquela ali bota uma foto; não, aquela ali, aquela ali vai ganhar; aquela ali, não. Gente, façam do jeito certo, levem as pessoas, olhem dentro, olhem o chão, fundação, alicerce, tudo direitinho: tá, essa casa vai; essa casa não vai. Vocês têm a caneta na mão pra ajudar o povo! O pessoal das Ilhas pega enchente o tempo todo, não sai nem na imprensa, não sai nem na TV, às vezes, e nós estamos com água até o peito. Nem sai. Da rádio pra baixo na Ilha da Pintada pega sempre. Deu um vento sul, subiu a água. Lógico, tem muitos moradores que não querem sair, não querem porque é muito bom morar lá, é bonito, se vocês irem de noite lá, é lindo olhar o Gasômetro do outro lado, mas não tem condições pra quem tem família e quer

uma vida melhor pros seus filhos. Não tem como, gente, não tem. E a ajuda que vocês dão é bem-vinda, mas não é o suficiente. É isso. (Palmas.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Douglas. Com a palavra a Sra. Sandra Ferreira.

SRA. SANDRA FERREIRA: Bom dia a todos. Sandra Ferreira representando a Ilha do Pavão. Eu estou dura de frio, eu estou congelada, eu estou que eu não consigo parar em pé porque eu estava lá no DEMHAB levando alguns idosos que não conseguem mexer num celular, que não tem um celular, que não entende nada de gov.br, não sabe nem o que é isso. E por que essa diferença? Por que as pessoas têm que ter um celular? Por que as pessoas têm que ter um *e-mail*? Por que essa diferença com pessoas simples como catadores, como pescadores? Não pode ser uma coisa mais acessível, não pode ter um pouco mais de respeito com as pessoas? Eu não estou pedindo nada além de respeito com a situação que cada um vive. Aí a gente tem que levar lá na Av. Princesa Isabel algumas pessoas que tão atirada embaixo da ponte, que não sabem nem do que vocês estão falando. Estadia solidária pra quem ganha R\$ 600,00, R\$ 700,00: todos foram negados. Todas as pessoas que eu levei não ganharam nenhum auxílio até agora. Nenhum auxílio até agora! Os cadastros todos errados, todos desconstruídos. Toda vez que muda o sistema, atualiza e atualiza pior ainda; tem coisas que as pessoas nem falaram e tá lá no cadastro das pessoas. Se tem dois filhos, “Ah, o senhor não ganha estadia solidária porque tem dois filhos que podem estar trabalhando”. Podem estar, mas não estão, estão por aí. As Ilhas estão espalhadas e todo mundo sabe disso. Muitos falaram aqui: “A gente está pedindo por favor”. Eu não estou pedindo por favor, não, eu acho que respeito e dignidade todos têm que ter, não é um favor ajudar o pessoal das Ilhas; não é um favor, é um dever, e se a Prefeitura não tá preparada, me desculpa, pede pra sair, pede pra sair porque não dá mais pra aguentar. (Palmas.) É a terceira enchente de conversa fiada. Porque não é promessa, é conversa fiada. Enrolação, é essa a palavra. Vocês conseguiram

dormir ontem à noite? Eu não consegui, porque eu estou sabendo que os nossos parceiros estão lá embaixo da ponte, estão lá nas barracas, estava insuportável o frio, e quem realmente é no mínimo humano e tem respeito pelas pessoas, não vai conseguir dormir enquanto aquelas pessoas tiverem atiradas lá, porque eu acho que chega de blá-blá-blá, tá na hora de respostas. Eu não quero mais ouvir que vão abrir *link*, que falta isso, que falta aquilo: ou dão as casas para as pessoas – e é casa, não é casa de papelão, porque casa de papelão nós vamos fazer que nem o Átila fez, vai ser a maior ocupação da história, porque nós todos e todas as ONGs, todos os parceiros, todo mundo que que auxilia as Ilhas vai ocupar a BR. Nós vamos pegar nossa barraca e vamos ficar lá até as pessoas terem um pouco de respeito. Eu acho que tá na hora de dar a casa das pessoas, e chega de conversa fiada. É só isso. (Palmas.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada. Com a palavra a Sra. Simone Borges.

SRA. SIMONE MACEDO BORGES: Bom dia pra vocês. Assim, ó, eu vou dizer uma coisa pra vocês: a gente quer a moradia porque a gente precisa, a gente tem os nossos filhos. Eu atendo crianças, mas nunca tive ajuda de governador, de prefeito, de nada, é tudo doações que a gente consegue. Eu tenho doador até do Rio de Janeiro que me manda, e tudo eu presto conta pra eles. Então a gente faz um trabalho bem feito. Só que agora eles abandonaram nós. Outra coisa, agora vem uma enchente em setembro, nós temos de novo, o comentário tá... A gente não acreditou nessa última agora, não acreditamos: “Ah, que não vai vim”. Eu estava dentro de casa com água no pescoço ligando pra Defesa Civil, ligando pra Patrícia, ligando pra todo mundo, e ninguém foi me socorrer, ninguém! Quando foi cinco hora da manhã eu vi um barco passar na beirada da minha casa e eu comecei gritar, a pedir socorro. Eu tenho toda a filmagem do que eu passei, gente, eu tenho prova; as coisas que eu falo aqui eu estou provando porque eu tenho. A gente quer uma moradia, uma dignidade. Eu tenho... A minha filha ganhou bebê dia 05 de abril, e quando foi dia 03 de maio

ela teve que sair da casa dela, perdeu tudo. O que que é isso: Onde que nós estamos? E o prefeito não apareceu lá, não apareceu ninguém na Ilha, gente. Sábado agora eu estava na Ilha, fui lavar minha casa pra ver, chegou o engenheiro e disse que a minha casa tinha sido condenada. A minha filha não tem mais casa. E ele pegou e disse assim... Eu fui lá e disse assim pros cara lá que estavam lá arrumando, que nossa Ilha estava destruída; lixo, um monte de lixo, um monte de coisa, e nada deles fazer por nós. Eu fui lá e disse pra eles: Pelo amor de Deus... Teve uma da Defesa Civil que estava lá, eu falei pra ela: Olha aqui, moça, tu tá com esses contêiner, com essas coisa desses negócio do milico, sabe, eles passam pra lá e pra cá destruindo a nossa ilha e não dão doação nenhuma. Porque eles não deram doação nenhuma, tem vários testemunhas na parte de cima que eles andaram toda ilha com três daqueles tanques destruindo toda ilha. Eu tenho foto de toda ilha, o jeito que ela estava, aí eu falei pra ela: Não, eles não vão passar, nós vamos trancar eles. Aí eles pegaram, veio essa mulher da Defesa Civil e falou bem assim pra mim: "Não, que eles vão embora, mas amanhã eles vão... Então tá, se eles não vêm amanhã, segunda-feira eu vou dar um jeito. Aí eles foram, no domingo eles estavam lá limpando, e aí terminaram limpando. Mas se eu não começasse a pisotear neles, eles não iam fazer, porque eles não tão nem aí pra ilha. A ilha tá jogada pras traças. Eles se preocupam com outros lugares, e com nós, não tão nem aí. Então eu acho assim, ó, a gente precisa duma moradia digna, porque a gente tem os filhos da gente... Olha bem, essa minha neta que agora tá fazendo três meses, olha o que que ela já tá passando, olha o que ela já está passando e o que que vem mais pra frente. Nunca pensei que eu ia passar por isso, gente, nunca mesmo, porque a gente passava enchente, mas a água não entrava, agora veio, e aqueles negócio das areia que tá no rio, que eles pararam de mexer... Era pra tirar aquelas areia e não tiraram, largaram tudo de mão. Claro, eles querem que nós morremos tudo afogados, é isso que eles querem. Mas eu não, eu vou lutar até o fim, gente, eu não estou nem aí, se eu tiver que ir na frente do prefeito, eu falo na cara dele as coisas, tudo, que eu tenho falado, tudo, porque a gente quer uma moradia digna. Eu estou na casa da minha filha, eu

não ganhei o aluguel social, a minha casa não tem condições de entrar. E ele só diz que eu estava ganhando R\$ 2.900 por mês, da onde? Um auxílio-doença, que eu ganhei, quando eu fiz a cirurgia do câncer, eu ganhei o auxílio, estava incluído lá nessa bolsa, e não tinha nada, eu não ganho nada, eu ganho R\$ 700 e poucos porque eu faço faxina, trabalho de faxina. Eles me negaram esse negócio do aluguel social, aí eu fui lá debati com eles, agora eu estou esperando o retorno. Eu não acho justo, gente. E se tiver que fechar a BR, muitas vezes a gente fechou, muitas vezes eu dei a cara a tapa, lá para fechar a BR, se tiver que fechar a BR, nós vamos fechar. Vamos botar a casa em cima da BR para eles verem, vamos fechar tudo. Muito obrigada, pessoal, agradeço muito, eu não tenho estudo, gente, eu vou dizer para vocês, eu não tenho estudo, não tenho mesmo, mas eu sei muita coisa da lei, no meu tempo vivido, desde criança. Obrigada.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSO): Obrigada, Simone. O Sr. Marcelo Dias, representante da deputada Bruna Rodrigues, está com a palavra.

SR. MARCELO DIAS: Bom dia a todos e a todas, meu nome é Marcelo Dias, faço parte do gabinete da deputada Bruna Rodrigues, também sou diretor de desenvolvimento urbano da UAMPA, União das Associações de Moradores de Porto Alegre, saúdo aqui a Ver.^a Karen, o Ver. Giovani, a Ver.^a Biga, o Ver. Pablo e a todos que estão aqui. Eu ouvi atentamente aqui e quero me solidarizar com vocês que estão aqui, porque teve uma pessoa aqui que, infelizmente, falou que, com todo respeito, que mora bem, mas nós estamos aqui com várias pessoas que não moram bem. Então a gente tem que se solidarizar com as pessoas. Eu tenho uma cama que eu vou chegar em casa e vou dormir, mas eu fico pensando em vocês. É muito preocupante, e eu quero aqui fazer uma alusão muito rápida, que hoje a nossa Secretaria de Habitação, o DEMHAB, na minha opinião, é engessado, na minha opinião, não funciona. Eu vou ser sincero, porque é como se nós tivéssemos um corpo de bombeiros que não apaga incêndio, porque nós temos um problema, e aí eu faço uma pergunta que eu quero deixar aqui, Ver.

Giovani, que a gente conversa várias vezes é, antes de acontecer tudo isso, qual o plano de habitação que a Prefeitura tinha? E agora com um problema, não potencializou, o que nós vamos fazer? Para mim, o DEMHAB tinha que estar lá, dentro da ilha, assim como o pessoal falou, todos os dias, para não acontecer; porque as pessoas estão sem informação. E tem uma coisa que eu aprendi na minha vida, o poder da informação, enquanto que você não tiver informação, você não tem o poder. E é o que as pessoas fazem: tirar o poder de vocês. Mas o povo tem força, têm poder, enquanto um governo do Estado destina R\$ 50 mil para a Defesa Civil... Isso é um absurdo! Que teve muito lugar que os caras não tinham barco para ir, e se não fosse o povo pelo povo... E, minha senhora, me desculpe, levar um todinho para uma criança, isso não é mérito, isso não é mérito, isso é compaixão com as pessoas. O que eu fiz, o que muita gente fez, levar uma cesta básica, é um ajudar o outro sem esperar nada de volta. E a minha pergunta também é: temos mansões dentro da ilha, nós vamos tirar as mansões também? Ou vão tirar só os pobres? Pois então, a gente sabe o que acontece. Eu quero pedir aqui ao Comassetto também que a gente saia daqui hoje, que as pessoas entendam que existe um propósito e existe uma proposta, e eu estou muito atento em querer saber o que o DEMABH vai falar para vocês, para vocês saírem daqui já pensando que vocês lá na frente vão ter a casinha de vocês, porque aquilo que está lá no Centro Vida, não é casa, gente. Aquilo lá não é casa, certo? Eu tenho a impressão que as pessoas que vão ficar naquele lugar, que não sabem por quanto tempo vão ficar lá, que vai ser meio maluco de ficar lá. Então eu queria ouvi-los e queria também propor, porque eu acho que a nossa Secretaria de Habitação, o DEMHAB, tem que ser mais ativo, tem que estar junto, tem que abraçar as pessoas, senão não tinha ninguém aqui, estava tudo funcionando. Muito obrigado.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Marcelo. A Sra. Adriana Fontoura, representante do mandato do Ver. Roberto Robaina, está com a palavra. Depois a gente vai ouvir o nosso vereador Presidente da Comissão, Culau, e depois ouvir os representantes da mesa.

SRA. ADRIANA FONTOURA: Primeiramente, bom dia a todos, meu nome é Adriana Fontoura, sou assessora parlamentar do Ver. Roberto Robaina que em todos os momentos esteve presente lá, na ilha, inclusive junto com o Pimenta, que foi dito realmente pelo Pimenta, que todos teriam esse direito. No meu entendimento, todos têm que sair da ilha sim, porque a ilha não tem mais condições de vocês viverem. Não é o primeiro momento que nós estamos trabalhando em cima disso, inclusive, na anterior, que vocês já tinham um benefício, e o vereador foi lá, porque ninguém recebeu o benefício anterior a essa enchente. Então a ilha não tem condições de moradia, e isso é uma coisa que está mais do que claro, gente. Nós não temos mais nem o que discutir. A Prefeitura tem que trabalhar com uma situação digna para este povo, entendeu? O que você pode fazer lá, torne aquilo lá um parque para quem quer botar um iatezinho lá e pague para deixar o seu iate lá. Aí não vai ter problema, aí as pessoas não vão morrer. E utilize esse dinheiro para dar benefício para o povo que está passando trabalho; não continuar nesse empurra-empurra, não ter assistência a essas pessoas, não colocar os trabalhadores da própria Prefeitura, pois a Prefeitura, todos nós sabemos que ela tem a parte social dela. Cadê o pessoal da FASC? Cadê os assistentes sociais que não estão dentro da ilha, para trabalhar junto a essas pessoas e levar para elas o que elas precisam para receber o que é direito delas. Acho que tem que caminhar sim dentro da ilha, de ponta a ponta, porque se as pessoas ainda estão lá e tem alguém que diz que ainda lá tem condições de se viver, então qualquer um de nós pode ir lá caminhar também. Como, senhora? Desculpa...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ADRIANA FONTOURA: Eu falo num contexto, assim geral, até porque eu conheço todas, tenho amigos que moram na Ilha das Flores, tenho amigos que moram na Ilha do Pavão, tem a Bruna, minha colega que perdeu tudo lá... Exatamente, eu sei...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ADRIANA FOUTORA: Então, nós não temos nenhum tipo de assistência, nem para limpar, nem para viver e nem condições. Acho que a nossa luta é realmente ir para um lugar melhor, porque não vai ter condições, gente, e realmente está previsto nos próximos alagamentos, até porque não temos estrutura e não está sendo mexido para que essas estruturas venham para que a gente fique seguro. E digo para vocês aqui, mesmo sendo uma assessora parlamentar, se forem ocupar, estarei do lado de vocês para fazer essa ocupação na BR, porque se for o único meio de o governo olhar, então nós vamos fazer. Um bom dia e vamos para luta juntos.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Adri. Agora vou passar a palavra ao Ver. Culau. Depois vou passar para os representantes do governo federal, o Comassetto, e as representações do DEMHAB e PGM do Município.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): A matéria, hoje pela manhã, Karen, que circula pela imprensa, é que Porto Alegre é a segunda pior capital do País em qualidade de moradia. Vou repetir, gente: Porto Alegre é a segunda pior capital em qualidade de moradia. Eu acho que é desrespeitoso e é quase zombar de quem vive em condições de falta de dignidade de moradia, falar num debate como esse, que se mora bem. Eu preciso fazer esse registro, e feito esse registro, sem dúvida alguma, cada relato que foi feito aqui ele vai alimentando na gente uma tristeza, uma revolta profunda, porque, de fato, a expressão que mais sintetiza os relatos é a desumanidade. Nós estamos falando aqui de um tema que não é novo. Eu me criei lá no Extremo-Sul, na Ponta Grossa, e são muitas as regiões da nossa cidade em que a rotina é alagamento e enchente, significando as pessoas perderem tudo ou quase tudo que batalham uma vida inteira para conquistar. E é por isso que tem gente na beira da rodovia, porque tem medo de perder o pouco que restou. E os relatos aqui são de que

essa situação impacta todas as dimensões da vida: são as crianças que têm cerceado seu direito em educação, são os riscos à saúde, são os riscos à vida que vocês relataram aqui. É grave que nós tenhamos relatos de pessoas que foram atingidas pelos eventos do ano passado e que até hoje não tiveram atendimento.

Eu fiz aqui uma anotação, porque para mim é muito significativo. Comassetto, que representa aqui o governo federal, e quem está aqui deve saber e quem não sabe, eu preciso compartilhar que eu sou de oposição ao governo municipal e sou da base do governo Lula. Esse é o meu lugar político e eu faço política com muita transparência, cara, e, em toda reunião da CUTHAB, eu deixo muito nítido. Eu acho que é uma batalha que está na nossa frente, é uma batalha por um lado para que as políticas anunciadas cheguem de fato, que as políticas anunciadas tenham celeridade. Mas é uma batalha também, gente, se nós vamos construir neste momento soluções individuais que talvez não atendam todo mundo, ou se nós vamos enfrentar os problemas que nós temos de falta de planejamento urbano. Foi dito aqui e não foi dito por um militante de um partido A ou B, mas por um morador, por uma moradora no caso que foi para as ilhas, porque foi jogada para lá pelo poder público. E a gente sabe que a cidade é construída dessa forma, jogando para as periferias o povo mais pobre; e o caso das ilhas, porque foi dito aqui... é claro que o Sarandi também foi atingido, é claro que o Extremo-Sul também foi atingido, mas as ilhas é o caso mais simbólico disso que eu estou colocando aqui, gente. Se nós vamos, diante dessa crise, ter uma política que busque construir um novo planejamento para Porto Alegre ou não. E daí o que eu penso no caso das ilhas, que é diferente da Ponta Grossa, que é diferente do Sarandi, nós precisamos ter, de forma integrada governo federal, governo municipal e governo estadual, uma política e um tratamento especial. E, nesse tratamento especial, conseguir dar o encaminhamento da compra assistida, que é uma política anunciada. Mas existem outras políticas anunciadas pelo governo federal, por exemplo, adaptação de prédios públicos que estão desocupados – e o que mais tem em Porto Alegre é prédio desocupado –, destinar esses prédios para moradia. Tem um caso que é muito simbólico aqui

em Porto Alegre que é do INSS. Quantas moradias podem ser transformadas nesse prédio que está no centro da cidade? Num lugar de fácil acesso ao transporte público, de fácil acesso aos equipamentos de saúde, de fácil acesso aos equipamentos de educação. Então eu acho que a gente precisa olhar para as ilhas não com o olhar comum de toda a cidade, precisa de um tratamento especial, porque é um caso especial para direcionar para as políticas adequadas. E o Marcelo trouxe aqui uma questão que é muito importante, porque acho que quase todo mundo que está aqui quer sair, mas há quem queira ficar. E quem quer ficar não pode ser tratado nem com abuso por um lado e nem com descaso por outro, porque nós estamos falando de famílias que têm nesse lugar de moradia também a sua fonte de renda. Nós estamos falando de pescadores e pescadoras, recicladores e recicladoras.

Então hoje se tem, eu acho que é importante, faço esse registro – e estou terminando, Karen – que a Prefeitura anunciou que está estudando como se dará a ocupação das ilhas no próximo período. Disse que contratou um estudo, se não me engano, etc. e tal, e isso precisa ser feito com participação social. Não dá para ser uma decisão de cima para baixo; tem que ser uma solução construída também com quem quer ficar, que puder ficar.

Então eu faço esse registro, porque eu gostaria de ouvir o DEMHAB sobre esse tema. Eu acho importante – Comassetto – dar essa centralidade na compra assistida, mas também, como aqui se quer informação, saber que outras oportunidades são possíveis para o atendimento para além da compra assistida; acho que esse é um elemento importante.

Eu acho, Karen, Cassiá e Pablo – o Jessé também está aqui, que é da comissão – que nós podíamos analisar, como foi o Átila, um pedido dele, de nós irmos às ilhas num sábado – eu acho que é um outro encaminhamento que a gente poderia dar – para ir monitorando e fiscalizando o desdobramento da reunião de hoje. A gente precisa, não quero criar falsa expectativa, ilusão aqui, porque frustração vocês já estão cansados, mas eu acho que a gente precisa ver como fica essa situação do recorte de renda para o atendimento no Aluguel Social, no Estadia Solidária. Então esse é um tema que me chama atenção que vocês

trouxeram aqui e que eu acho que a gente, enquanto comissão, precisa se dedicar ao tema. Essas são as minhas propostas de encaminhamento desde já. Muito obrigado. Contem com a gente. (Palmas.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Baita Culau, gente, foram 16 inscrições, então eu acho que a gente tem um bom panorama da situação em geral para agora a gente ouvir os nossos representantes. De imediato, eu vou passar para o engenheiro Comassetto, que era vereador aqui na Casa e agora está representando, junto ao Pimenta, o Ministério Extraordinário que foi constituído aí para dar conta dessa demanda. E aí, Comassetto, como é que está essa situação dos imóveis vazios, dos prédios e dos terrenos públicos, da compra assistida? Como é que está a relação dos prazos? E como é que vai se dar a execução do programa em especial?

SR. CARLOS ROBERTO COMASSETTO: Bom dia, quero aqui iniciar cumprimentando cada um e cada uma de vocês. Cumprimentando aqui a Bruna e o irmão Rudimar, cumprimento e me solidarizo com cada um e cada uma no sofrimento vivido e expresso aqui por vocês. Além do problema sofrido, estamos enfrentando, neste momento, um outro grande problema que é o frio. Essa noite fez menos zero grau ao ar livre de uma maneira geral, isso é muito impactante na vida de cada um.

Quero cumprimentar aqui os meus colegas vereadores: o Jessé, a Abigail, o José Freitas, a Karen, o Cassiá, o Pablo, e os representantes aqui do governo municipal que eu não gravei o nome, mas do DEMHAB e da Procuradoria.

Eu quero fazer duas considerações: primeiro, não sou ex-vereador, sou atual vereador, só estou licenciado para ajudar. Estou há 20 dias lá no Ministério e, quando o ministro Pimenta me fez esse convite, achei que poderia contribuir mais lá do que aqui. Não que aqui não seja importante, mas aqui outro me substitui, assim como já me substituiu, o Gimenis. E esse tema da habitação, eu posso dizer que, nos 20 anos que estou aqui na Câmara – quero fazer esse preâmbulo – uma das minhas grandes frustrações é nós nunca termos

conseguido fazer um grande programa de regularização fundiária em Porto Alegre ou um grande programa habitacional. É uma luta constante que registro, meus colegas aqui sabem disso, com todos os acordos e desacordos que temos, e nós continuamos com Porto Alegre com 720 comunidades irregulares e mais ou menos umas 120 ou 150 áreas de risco que tem para atacar.

Bom, então essa é a primeira consideração. A segunda consideração: o problema vivido agora no mês de maio não foi e não será o único. Com as mudanças climáticas, esses fenômenos poderão ocorrer cada vez com mais frequência e mais intensidade, só nós não sabemos quando, se será o mês que vem, daqui a um ano, cinco anos ou dez anos, mas podemos ter que enfrentar isso novamente. Portanto nós temos que mudar nossa agenda, nós temos que estar preparados para essa situação e construir cidades que estejam preparadas para isso. Não é uma tarefa fácil, mas é possível. Terceira consideração, eu venho aqui então representando a política nacional, tudo aquilo que o Presidente Lula já falou e tudo aquilo que o nosso ministro extraordinário Paulo Pimenta, para a reconstrução, tem falado. E aqui essa tarefa não é uma tarefa só de um governo, é uma tarefa dos três governos, do governo municipal, do governo estadual e do governo federal, cada um deles constrói uma política, organiza, mas eles têm que trabalhar sintonizado. No momento em que um deles fragilizar, fragiliza toda esta cadeia que nós precisamos o rapidamente executar. E nós sabemos que a política estrutural, burocracia não é coisa fácil de vencer para poder fazer tudo acontecer. Inclusive seria sempre importante, eu tenho dito isso, que a o Judiciário estivesse junto conosco em todos os debates para ajudar atalhar caminhos, principalmente as promotorias federal e estadual das varas urbanísticas que têm que nos ajudar a atalhar caminho. Dito isso, quero dizer o seguinte, aquilo que o Presidente Lula disse que todos que perderam a casa terão uma casa, bom, agora nós estamos dando formato para isso. E eu preciso explicar aqui, a primeira medida que saiu foi a Portaria nº 520 da compra assistida. O que diz a Portaria nº 520 da compra assistida? Ela já destinou recursos a fundo perdido para comprar até 10 mil casas ou imóveis, não precisa ser casa, ou apartamentos urbanos e 2 mil rurais. Esse recurso é do Fundo de

Arrendamento Residencial que já está disponível para isso. Então neste momento nós temos que trabalhar para conseguir 12 mil unidades habitacionais em até 120 dias. Essa foi a Portaria nº 520, até 120 dias para conseguir isso. Bom, como é que vai se conseguir tudo isso? A primeira medida é abrir para cadastramento de todos imóveis disponíveis para fazer um banco de imóveis na Caixa Econômica Federal. E aí tem um *site* que mostra quais são os imóveis que já entraram. Hoje nós temos 4.915 imóveis inscritos neste momento, todo dia aumenta. O primeiro deles é de todos aqueles imóveis que já eram de propriedade da Caixa Econômica Federal ou do FGTS que estavam financiados que foram retomados. Então no primeiro banco, esses todos já estão analisados e prontos para serem repassados para as famílias. O segundo são todos aqueles imóveis que pessoas privadas, pessoas físicas têm um apartamento ou uma casa ou um segundo imóvel que queiram colocar à disposição, também estão se cadastrando em todo o Rio Grande do Sul. Terceiro, todos aqueles empreendedores novos que têm imóveis que poderiam ser do programa FGTS, do Minha Casa, Minha Vida, faixa dois, que queiram colocar à disposição, então já colocaram. Por exemplo, o Ver. Jessé, que está aqui, me procurou lá no início indicando um conhecido dele lá de Viamão que tinha um condomínio de 24 apartamentos para isso. Passamos todas as informações para ele, se cadastrou e essas 24 casas já estão lá cadastradas esperando sair agora quem é a lista dos beneficiários. Para esses 10 mil, abriu o cadastro para ser em qualquer cidade do Rio Grande do Sul, por uma questão óbvia de necessidade, de demanda. Bom, então a Portaria nº 520 agora vem a segunda parte dela, como é que as pessoas entram como é que elas se cadastram quem é que tem direito? E aqui ouvindo as falas de vocês, vou me concentrar no caso de Porto Alegre porque é o caso objetivo, aqui de Porto Alegre, a ilhas ou o arquipélago, e aqui compõe todas as ilhas, assim como compõe também lá o Extremo-Sul, a nossa região, eu sou da região da Boa Vista, 15 quilômetros mais ao Sul, e lá alaga sempre também. Então, quais são as áreas de risco que alagaram, no caso de Porto Alegre? Todas aquelas que estão fora do sistema de proteção. O que é o sistema de proteção? O dique, o muro, as comportas. Bom, se funcionou ou não

funcionou é outra questão, e isso está sendo analisado. Então aqueles que moram no Sarandi, na sua estrutura formal que alagou, não estão incluídos nesse momento para receber a casa; agora, aqueles que estão nas Ilhas que não têm sistema de proteção estão todos inclusos para o cadastramento que tem que ser feito. Quem faz o cadastramento? Semana retrasada, hoje é dia 09, acho que foi no último dia do mês passado, saiu uma nova portaria chamada Portaria nº 01, do Ministério da Integração junto com o Ministério das Cidades, para orientar todas as prefeituras de onde houve a catástrofe que as prefeituras têm que fazer o plano de trabalho. Por exemplo, nós não sabemos ainda hoje, Ver. Culau, quantas famílias perderam ou têm o direito de ganhar a casa em Porto Alegre. A gente tem uma noção de grandeza, mas ainda não sabemos o número exato. Quando é que vai sair esse número exato? Quando a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e, aqui no caso, o Departamento Municipal de Habitação junto com as demais secretarias, tiverem a este mapa e esse cadastramento feito. Pessoal, e preciso explicar bem a sistemática para que depois a gente consiga ver o que é trabalho de cada um e onde que nós precisamos acelerar isso, porque a meta é que nós tenhamos isso. Não tem um prazo para isso lá longe, o prazo é ontem. Então nós temos que correr atrás da máquina, fazer essa roda andar. Então assim, na semana passada, veio aqui a Defesa Civil Nacional, veio aqui a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, fizeram uma reunião lá com o DEMHAB explicando todo o funcionamento para construir esse plano de trabalho. Isso foi na quarta-feira da semana passada. Então o plano de trabalho tem o seguinte: tem regiões que se chamam mancha de destruição e tem aqueles que estão a bordo das manchas que são individualizados. Então todos aqueles que estão na mancha e que estão comprovadamente afetados têm de fazer o cadastramento desses nomes no geral, ir cadastrando isso no geral. E aqui pega as Ilhas, pega todo o povo da cabeceira da ponte, pega todo povo que está fora dos diques de proteção, como é o pessoal ali perto da Arena, tem a Vila Beira Rio, entre outras ali, como pega todos aqueles que estão em cima do dique, porque tem um outro trabalho sendo desenvolvido que é para reformar, reconstituir os diques. Como é que tu vais

reconstituir, como é o caso lá do Sarandi, que ainda tem um conjunto de famílias morando em cima ou nas bordas que precisam sair para poder ser feito esse trabalho? Então estes serão os primeiros. Quando é que nós queremos começar a entregar as casas? A nossa meta é, agora no mês dos de julho, entregarmos no mínimo umas 2 mil casas. A nossa meta, do governo federal, é esta, e nós estamos aqui para dizer ao DEMHAB e à Procuradoria que estão aqui. Bom, nós precisamos ter esses mapas urgentemente, nós precisamos ter esse cadastramento. Quem são as famílias? Bom, são as famílias que perderam ou que não podem mais voltar para aquela área, porque vai correr o risco de alagar tudo de novo. É o caso das ilhas, mas salvará alguém das ilhas? O plano vai ter que nos dizer. Pelas falas de vocês e pelo conhecimento que já têm – para quem não sabe aqui, tem muita... Bruna, talvez você, na época, em 1995, 1996, fosse uma menina bem novinha –, eu ajudei a fazer a Cooperativa dos Pescadores lá da ilha, ia e voltava de ônibus. Naquela época, já se discutia: alaga, ou não alaga? O que é que alaga, o que é que não alaga? Nós sabemos que o Ver. Culau trouxe, tem os pescadores. É uma categoria diferente que vive dentro d'água o tempo todo; nas suas casas, não. Podemos pensar uma política alternativa para eles? Está em debate, isso ainda não está decidido para aqueles que querem ficar nas ilhas. É palafita, não é palafita, como é que faz? Mas isso é um segundo momento. O primeiro momento agora é atacar, Ver.^a Karen, aquilo que já está construído, que é quantas famílias e quais são as que saem. Aí tem o seguinte: tem famílias ou comunidades que querem sair todas juntas, tem outras que não querem sair todas juntas. Tem gente que tem parente que mora em Erechim, e tem casa para lá. Bom, ele pode optar em se mudar para lá e optar por uma daquelas casas que estão cadastradas, neste momento, lá em Erechim. Eu saio daqui hoje, às 2h, eu vou sentar, eu tenho um trabalho com a equipe da Caixa Econômica Federal, para pegar esses quatro mil e poucos cadastrados que tem, para saber, cidade por cidade, quantos tem. Neste um minuto, eu quero colocar aqui, trabalhar quantos tem, como é que está a documentação de todas elas, se já está pronta, porque nós temos que deixar essa parte do governo federal, nós já estamos fazendo para deixar pronto, que

sejam indicados os nomes, para que, automaticamente, seja feito o contrato de repasse desta casa. A casa tem que ter matrícula, tem que ter condições de habitabilidade e tem que ter todo um processo de legalidade. Para quem? Ah, eu esqueci de falar uma questão importante. Isso pega todos os que têm renda até R\$ 4,4 mil.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. CARLOS ROBERTO COMASSETTO: Não, renda de zero a R\$ 4,4 mil de renda familiar. Para quem tem renda acima de R\$ 4,4 mil está saindo um outro programa, não saiu ainda, porque nós estamos atacando esse como prioritário. Eu creio que, do público que está aqui, pouca gente tem renda familiar acima de R\$ 4,4 mil, pega quase que 100%, vamos dizer, 90%, 80%, mas isso o plano de trabalho vai ter que dizer. Vejam bem, a Medida nº 520 já está feita, já está legalizada, já tem dinheiro para comprar as casas, já tem, nesse caso, 4.915 casas cadastradas, e está abrindo esta semana o cadastramento para aquelas empresas que queiram construir casas rápidas, de quatro a oito meses, entregar novos empreendimentos com casas legalmente construídas. Todas as casas, que serão casas ou apartamentos construídos, elas têm uma regra: não pode ser fora da norma técnica existente. Tem um cadastramento nacional, chama-se DATec, que são as normas técnicas que tem que ter, porque, nesses 20 dias em que estou ali, eu revivi muito a minha infância, a história dos Três Porquinhos, porque aparece proposta de tudo, desde casa de papel até casa de ferro. A gente tem que ter uma porta de entrada, essa porta de entrada são casas com a qualidade técnica aprovada dentro das normas técnicas federais e legalizadas. Eu posso falar muito mais aqui, tentei me concentrar na Medida nº 520. A Karen e o Culau me fizeram uma pergunta: e os prédios públicos? Os prédios públicos, nós estamos trabalhando para sair uma portaria chamada retrofit, ou reforma desses prédios públicos. Estamos mapeando, porque não são só prédios, são prédios e áreas, porque tem muitas áreas nobres, eu sei de cabeça várias delas. Eu conversei pessoalmente com o secretário Carlos Gomes, da Habitação, que

está aqui no lado, para destinar os prédios públicos. Já disseram que sim, mas ainda não veio. Conversei pessoalmente com o prefeito Sebastião Melo, ele disse que sim. Amanhã tem reunião com o secretário André Barbosa, que está mapeando prédios públicos municipais que podem ser destinados para ser feita reforma e habitação. Esse esforço, neste momento, não adianta nós pegarmos... Assim como tem demanda também de prédios privados. Prédios privados são aqueles prédios que são de pessoas que estão abandonados, como é o caso de um que foi ocupado aqui na Fernando Machado, o Arvoredo. Esse já tem um programa que está montado com a Caixa Econômica Federal, para ser financiado pelo FGTS. Nós estamos trabalhando intensamente, tudo isso nesses últimos 20 dias, que nós nos debruçamos para construir essa política. O Ministério da Reconstrução, não é ele que executa, ele é um meio, ele tem que ficar aqui ajudando as prefeituras a acelerar e fazer o que precisa fazer e, ao mesmo tempo, ajudando a construir a política nacional, para destinar os recursos e ter o regramento para que isso aconteça com a brevidade que precisamos que haja.

De minha parte, eu continuo aqui à disposição, muito obrigado pela oportunidade. Quero dizer que entendo que nós precisamos nos concentrar na 520, que já está aí, e fazer isso andar rapidamente. Muito obrigado, um abraço.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Engº Comassetto. Eu estou com três perguntas. Gente, para a gente tentar respeitar o teto que a gente acordou, mas, óbvio, pode passar, mas vamos tentar manter? Vou dar um minuto, um minuto e meio para as questões, certo? Já vi que o Átila está inscrito, o Ver. Jessé também se inscreveu, e aí, depois, a gente vai ouvir a Prefeitura, porque tem uma questão aqui que foi colocada pelo... (Problemas técnicos no som.) ..tem que ser feito pela Prefeitura, o cadastro, os prazos, tudo isso que vocês trouxeram. Peço que vocês fiquem até o final, para a gente ouvir essas informações e, a partir daí, organizar nossa luta. Ver. Jessé.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): É uma pergunta bem rápida, que eu acho que é do interesse de todos os que estão aqui presentes. Óbvio que muitas regiões foram afetadas, o Vale do Taquari, eu mesmo tenho parentes que perderam casas no Vale do Taquari, tem o Sarandi, que foi afetado e tem as ilhas. E me parece que as ilhas são o local mais grave em Porto Alegre. Se é o mais grave, é quem tem mais prioridade. Aqui fica a pergunta para a Secretaria Nacional, que está tratando das moradias: as ilhas vão ser as primeiras a serem atendidas em Porto Alegre, ou vai depender de um outro cadastro? Porque, se as ilhas foram as mais afetadas e têm risco de novamente serem impactadas por novas cheias, é lógico que elas sejam as mais importantes dentro do *ranking* de prioridades. Então, as ilhas vão ser prioridade dentro da realocação de pessoas que estão em área de risco?

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Baita pergunta, Jessé. Átila, a tua questão, um minuto.

SR. ÁTILA SILVEIRA: Desta vez, serei um pouco mais breve. Na verdade, Comassetto, foi uma dúvida que ficou conosco já de outras reuniões, porque nós estamos vendo números serem apresentados, mas acho que ficou bem assim nítido que a pauta aqui seria a região das ilhas. Aí nós gostaríamos de saber se esses números são para o Estado, para o Município, para as ilhas, para o Sarandi, porque, pelo que eu entendi, são 10 mil casas, mais 2 mil para as áreas rurais. Mas 10 mil casas já contemplam quase todas as ilhas. Nós seremos contemplados, é isso? É isso?

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada pela questão, Átila. Aguarda, que a gente vai fazer uma rodada de respostas. Tem o último agora, José Artigas, aí vem para a Prefeitura e volta para a representação do governo federal.

SR. JOSÉ ARTIGAS LEÃO RAMMINGER: Meu nome é José Artigas, a minha pergunta, Comassetto, é pelo seguinte: o Lula disse uma coisa, o ministro Pimenta disse uma coisa, o Maneca disse uma coisa e tu disseste uma coisa, todos do governo federal disseram a mesma coisa: casa para todo mundo que foi atingido, para todo mundo que está na mancha. Só que o secretário adjunto da SMHARF, que é um órgão do DEMHAB, na audiência pública da quinta-feira, o Sr. Luiz Antonio Steglich Costa, disse o seguinte: “Não é isso, só vai ganhar casa quem teve a casa destruída ou está com laudo de inabitabilidade”, e ele, que é do órgão da Prefeitura, que vai fazer os cadastros dos moradores. Afinal, o governo federal está certo ou o DEMHAB está certo?

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Galera, obrigada pelas questões. Legal que a gente vai chegando no final e vai ficando mais preciso o que a gente precisa sair daqui de informação.

Vou passar para a Prefeitura e, na sequência, para o governo federal, pode ser? Por gentileza, os representantes do DEMHAB, Ramiro e Diego, que são dois técnicos que bem provavelmente vão estar executando a política pública.

SR. RAMIRO PORTO DA SILVA TARRAGÔ: Bom dia a todos, eu sou economista e servidor concursado do DEMHAB, vim junto com o Diego, ele é administrador e também concursado do DEMHAB, para tentar fornecer os esclarecimentos para vocês.

Primeiramente eu acho que cabe aqui falar sobre o que a gente está fazendo com relação ao programa Compra Assistida. Realmente a Compra Assistida é uma política tripartite, em que estão envolvidos o Estado, a União e o Município. A gente tem trabalhado em parceria com esses dois entes para que a gente consiga entregar com mais rapidez possível a demanda, que no caso são as casas que a gente tem que comprar. O Estado forneceu os laudos para a gente, ou seja, o Estado está contratando empresas para fazer os laudos das casas, com isso a gente vai fazer o preenchimento do sistema federal, que é o S2ID, e a partir disso vai haver uma avaliação do governo federal sobre esses laudos,

para que, então, sejam enviadas à Secretaria de Habitação aquelas casas que foram contempladas. Importante a questão que está trazendo do governo federal, porque na própria Portaria Interministerial nº 1, que foi citada aqui, há uma questão – e também quando a Defesa Civil federal veio aqui nos falar – que eles estariam analisando as casas que foram destruídas e que tiveram sua estrutura comprometida. Então os laudos focam na questão estrutural das casas, o que para a gente não contempla a totalidade das Ilhas. O ideal que nós temos, e que a portaria tem que ser revista, a portaria federal interministerial, é que ela contemplasse a inabitabilidade das casas, não apenas a destruição estrutural, porque, o que acontece? Nós vamos encaminhar todas as casas das Ilhas, as Ilhas estão sendo priorizadas, as primeiras casas que estão sendo laudadas são as das Ilhas, começaram, desde sexta-feira têm ido os engenheiros do Estado lá analisar e fazer...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. RAMIRO PORTO DA SILVA TARRAGÔ: Exatamente, fazer a vistoria das casas. Os laudos vão acontecer de 200 em 200; cada equipe do Estado faz 200 laudos, então são várias equipes do Estado que estão indo fazer. Eles conseguem fazer a análise de inabitabilidade através de fotos frontais e laterais das casas, essa é a orientação. Só para entender: essa é orientação que foi dada pela Defesa Civil nacional em relação a como fazer os laudos. Os laudos, todos eles vão focar na inabitabilidade das residências, para que a gente possa encaminhar todas as residências dali da Ilha no sistema S2ID, e elas sejam, então, avaliadas pelo governo federal com relação à sua habitabilidade ou não, para pleitear o ingresso no programa Compra Assistida. Então, quem vai dar o ingresso no programa Compra Assistida é a posição da Defesa Civil nacional com relação à estrutura das casas que lá foram postas, a menos que haja uma alteração na Portaria nº 1 que foi em enviada. Isso nós estamos fazendo, nós vamos fazer os preenchimentos. É importante dizer que o cadastro de beneficiários que está sendo solicitado é a última ponta a ser feita, tanto as

informações do Ministério das Cidades quanto da própria Defesa Civil dizem que a gente pode encaminhar todas as casas laudadas e que a gente vai complementando as informações dos beneficiários ao longo do processo. A nossa primeira missão aqui, e isso que a gente tem que fazer em primeiro ponto, é conseguir vistoriar todas as casas, laudá-las, para que a gente possa ingressá-las no sistema e então conseguir enviar para Defesa Civil nacional fazer as análises. O que vocês têm que entender – e aqui eu trago uma posição técnica, gente, eu não estou aqui fazendo nenhum discurso, a minha posição é técnica – , é que tem que acontecer o quê? A gente tem que fazer as vistorias, os laudos de acordo com o que está na portaria lançada pelo interministerial, a gente tem que fazer...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. RAMIRO PORTO DA SILVA TARRAGÔ: Deixa eu falar os passos, por favor. Então, depois de a gente lançar os dados no sistema S2ID, esses dados irão para o governo federal para análise da Defesa nacional, lá eles vão fazer análise das fotos com relação a isso, e após essa análise das fotos é que serão enviados os dados para o Ministério das Cidades começar a fazer o programa Compra Assistida. Essa é a determinação das portarias, então é importante que todos esses passos sejam cumpridos em parceria entre governo federal, Prefeitura de Porto Alegre e Estado para que o programa tenha consequência, que o programa possa ter atingido o seu objetivo, que é entregar as casas para as pessoas. Com relação ao Compra Assistida é isso que a gente tem que dizer, nós estamos fazendo, então, o início das vistorias, seria importante que houvesse talvez uma medida do governo federal em enquadrar as Ilhas em alguma questão de reassentamento.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Prazos, Ramiro?

SR. RAMIRO PORTO DA SILVA TARRAGÔ: Perfeito. Para que, com o reassentamento, a gente possa trabalhar não por laudos, mas sim pela Ilha como um todo, mas isso não está exposto na portaria. Seria importante que isso fosse exposto e que o governo federal desse o entendimento de que isso é possível, aí, então, poderia não haver os laudos e sim a uma visita de drones pelas casas, o que poderia configurar que as casas todas estão inabitáveis, então as pessoas teriam assistência. Mas para isso é importante que é o regramento seja dado, para que possa ser feito.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

SR. RAMIRO PORTO DA SILVA TARRAGÔ: É isso que a gente tem para passar com relação ao Compra Assistida.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Pessoal, vou passar para o segundo técnico, não sei se vocês pegaram a informação. Hoje a portaria diz que, para ter acesso, tem que ir de casa em casa olhando por fora e pelas laterais, ou seja, hoje a portaria... Posso terminar, gente? Ou seja, hoje a portaria não contempla toda a mancha das Ilhas, eles estão colocando que a portaria, para eles conseguirem executar, tem que ser modificada, mas para a gente ir compreendendo a treta que está a situação.

Vou passar para o segundo técnico aqui trazer também...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Não. Se modificar, se houver modificação da portaria, toda a área da mancha, onde foi atingida no mapa, a gente teve acesso aos mapas e teve uma mancha, todo mundo que foi atingido, não importa se a casa tem laudo ou não tem laudo, toda área da mancha vai ser contemplada. Porém isso não está hoje na portaria, de acordo com o que os técnicos do Município estão nos relatando.

SR. RAMIRO PORTO DA SILVA TARRAGÔ: As casas que não existem mais e que foram condenadas, uma imagem por satélite que mostrava a casa anterior e uma imagem por drone nova que mostra que a casa foi destruída, assim como pode ser feito para área como um todo, só que isso hoje não está dito na portaria. A portaria exige laudos de engenheiros com CREA que indiquem questões estruturais, por isso é importante que a portaria seja revista.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Não estão nem olhando por dentro, estão olhando por fora. Sim, é verdade, mas mesmo assim tem uma burocracia que é ter um engenheiro com CREA fazendo laudo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Sim.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. RAMIRO PORTO DA SILVA TARRAGÔ: Os laudos da Defesa Civil que foram feitos não têm validade para esse programa, porque eles não estão atestados pelo CREA. Então eles têm que ser refeitos, porque, de acordo com a portaria, todos os laudos têm que ter o CREA, que é um engenheiro civil atestando.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Pessoal, a gente tem tempo, a gente tem tempo. O pessoal está com dúvida, está com dúvida, o pessoal quer falar, quer falar. Eu reabro, e a gente faz mais uma rodada, eu só não quero que fiquem

gritando daí, porque daqui, gente, primeiro, metade do que o pessoal está falando não dá para ouvir, e eu preciso desses registros. Então dá uma segurada que eu estou falando, eu vou reabrir as inscrições depois, só vamos terminar de ouvir o que o segundo técnico tem para dizer. Eu reabro, já me trouxeram algumas questões aqui, e aí a gente organiza o nosso encaminhamento: os prazos, se vai ser por laudo... Eu acredito que não tem que ser por laudo, gente, a gente tem que abrir mão de laudo. Acho que essa é a briga, para que mude a portaria do governo federal, mas vamos chegar nesse lugar no final da reunião. Vamos ouvir o segundo técnico.

SR. DIEGO RODRIGUES DE OLIVEIRA: Bom dia a todos, só para complementar, acho que uma coisa que o Ramiro falou e é superimportante, tanto eu quanto ele, nós somos servidores do quadro efetivo. Nós fomos chamados hoje para explicar o procedimento que está sendo adotado em termos de adequação interna de fluxos de estrutura para poder contemplar o encaminhamento das pessoas. Como ele destacou também, pessoal, existem essas duas possibilidades. Existe a possibilidade de encaminhamento de laudos de conjunto, em que uma imagem de satélite anterior e uma recente poderiam indicar a não existência mais do imóvel, mas isso não contempla talvez a maior parte dos casos de Porto Alegre, pela forma de como a enchente procedeu, que nós tivemos um avançar lento e uma retirada de água lenta. Então os telhados continuam, por mais que a infraestrutura, ela não esteja adequada e, diante disso, para atender a portaria, nós precisamos dos laudos dos engenheiros. Nós não conseguimos finalizar um plano de trabalho, por exemplo, abrir lá no S2iD – Sistema Integrado de Informações sobre Desastres, que é o sistema defensivo nacional sem ter o laudo. Um dos motivos que leva a essa atuação mais séria em termos de elaboração de laudos e um descompasso em relação a cadastro e laudos é pelo prazo também que tu precisas deles. Acho que 90 dias?

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

SR. DIEGO RODRIGUES DE OLIVEIRA: No final no final do mês, deste mês, em tese, finalizaria o tempo hábil para essa inscrição de programas, e a Prefeitura está buscando, até onde eu consigo enxergar, cadastrar a partir desses laudos que viriam até o final do mês, para depois fazer a compatibilização adequada dos dados necessários. Só que o cerne da questão, que o Ramiro bem destacou, é a necessidade de inclusão a partir de uma remoção de uma outra portaria, que daí eliminaria essa possibilidade, essa necessidade de tu teres laudos individuais casa por casa. Por isso também é importante essa organização de vocês, a participação e a atuação aqui para também criar esse pressionamento para que, quem for competente, atue na discussão política e reconstrua então uma outra necessidade de inclusão de vocês, que é a partir talvez de uma concepção de remoção, como está sendo trabalhado para áreas como o dique e outros locais. Então assim, nós, enquanto técnicos, podemos garantir para vocês que estamos fazendo o nosso trabalho de maneira mais adequada, dentro das condições que nos são permitidas, ou seja, nós temos uma portaria, nós temos uma regulamentação dentro de um sistema, nós estamos preparados para entregar os dados de vocês dentro desse sistema.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Camaradas, vou reabrir para cinco pessoas se inscreverem, beleza. Tenho Beatriz – óbvio, Cassiá, vereador precede –, Beatriz, Alex... (Problemas na conexão.) ...tu é o mais, se colocando, então por favor vem para o Mike, e tu também... Perfeito, vamos ouvir o Ver. Cassiá, que vereador sempre precede, e aí eu vou reabrir para vocês colocarem questões, três minutos, estou contando o tempo, gente, vamos ouvir.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Bom dia a todos, eu estou com a portaria aqui, a portaria que os técnicos do DEMHAB deixaram. A gente tem que deixar bem claro que eles não são CCs, são concursados, isso é muito importante. Eles não vieram aqui fazer politicagem. E o que nós estamos vendo hoje, eu gostaria da atenção de vocês aí, porque isso é importante, eu sou vereador, sou político, não tenho vergonha, escolhi e o povo foi me elegendo há

muito tempo. Já tenho quatro mandatos aqui nesta Casa, mas vocês não podem ser iludidos. A reunião da Ver.^a Karen é muito boa em vislumbrar algumas coisas, mostrar outras coisas, mas, quando eu vejo a entrevista e vi hoje do Pimenta na Rádio Gaúcha, o Rio Grande do Sul já está resolvido, bilhões. E vocês não tiveram nada ainda, e a enchente do ano passado também não teve ainda, vocês têm que levar isso como uma lembrança. Então, o Comassetto, eu conheço muito... (Problemas na conexão.) ...Comassetto, que tu vás, a partir desta reunião aqui tomar algumas providências, tu és um homem de atitude, não vais lá só para ser uma pessoa decorativa, tenho certeza disso, pelo teu perfil. Então tu foste convidado para ajudar, então essa portaria tem que ser alterada para poder ampliar vocês e colocar vocês com grandes condições do DEMHAB... Esses técnicos aqui que nós temos que valorizar, que não veio político para mentir para vocês, naturalmente vocês merecem tudo que vocês falaram, eu assino embaixo, vocês estão sofrendo. A gente sabe que a Ilha é a mais deteriorada de todas – falo no Sarandi, nada contra eles; falo no Humaitá, nada contra eles –, mas vocês são os mais sacrificados. Então eu desejo, eu tenho um médico agora, estava marcado até às 12h, eu estou aqui desde o início, vocês são testemunhas, mas tem muita conversa, muita politicagem. Têm que resolver, o Município, o Estado e a União. Se esses não resolverem, só um dizer que vai resolver, não vai resolver para vocês. Este é o momento exato agora, de vocês terem as gravações que nós temos aqui de todos vocês, e vocês falaram que o Pimenta foi lá e prometeu isso e aquilo e não aconteceu nada, este é o problema do político. O político promete muito e não resolve muitas vezes, às vezes, até nada. Se tem alguém que tem que resolver mais, pela sua amplitude, pelo seu grau de autoridade, é o governo federal. Não vai colocar tudo aqui no prefeito e no governador do Estado, numa coisa que é nossa, mas que é de âmbito federal.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): O Rio Grande do Sul é o sexto ao oitavo Estado que mais remete dinheiro para o governo federal e ele tem que receber para ajudar vocês. Nós queremos devolução do nosso PIB para que vocês possam ser ampliados, vocês merecem as suas casas. Então é nesse sentido que eu quero que vocês tirem um pouco a politicagem que eu sei que tem entre nós e entre vocês. Tirem a politicagem, vocês querem a casa de vocês, não querem o político na casa de vocês. Um abraço a todos, obrigado.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Eu peguei, gente, reabri aqui porque o pessoal... A gente está aqui hoje mais para ouvir e deixar o governo federal e o governo municipal responderem. Então a gente vai sair daqui, gente, entendendo mais o tamanho do buraco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E o estadual, não está aqui, por quê?

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Estadual não está, porque a gente não convidou.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem que convidar.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): É, tem que convidar. Beatriz, da Ilha da Pintada. Gente, eu vou ser bem rigorosa com o tempo, vou colocar três minutos, dois, estão me olhando aqui, dois minutos, pode ser? Para a gente ser bem sintético nas questões, e o pessoal também bem sintético nas respostas.

SRA. BEATRIZ GONÇALVEZ PEREIRA: Sou da Matriz Africana, da Afrosol, Ilha da Pintada. Duas perguntas. Por que não chamam os moradores na hora de fazer a vistoria? Gente, pelo amor de Deus, as pessoas nunca colocaram o pé lá, nem conhecem e não me venham com essa de georreferenciamento, porque não é isso! Vocês têm que ir lá e conhecer a realidade. Outra coisa que me preocupa, preocupa todas as Ilhas, não é só a Ilha da Pintada, como fica a

situação das famílias que estão em aluguel social e que tiveram a promessa de receber as suas casas em 120 dias? Como é que vai ficar isso? Outra coisa, a gente vê muito sim, Cassiá, a questão de verba para lá, verba para cá; nós queremos saber onde está, porque, se dinheiro tem, vamos trabalhar e agilizar. É isso. (Palmas.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Beatriz. O Sr. José Artigas está com a palavra.

SR. JOSÉ ARTIGAS LEÃO RAMMINGER: Eu fiz um longo relato sobre a história das Ilhas e, nesse relato, a parte principal é a vinculação de compra assistida não a laudos. A gente não precisa de laudos, a gente precisa de um reconhecimento de que toda região das Ilhas foi afetada e foi a mais afetada para que todas as casas possam receber o compra assistida e depois o morador se manifeste: “Eu quero compra assistida ou eu quero continuar lá nas Ilhas”. Eu fiz um longo relato, mandei para o WhatsApp do Shin, eu espero que seja colocado na comissão, e eu gostaria que esse relato fosse distribuído para as autoridades que vieram, porque ali tem a justificativa do porquê não é possível mais a recuperação da estrutura das Ilhas. Não estou falando das casas, estou falando das ruas, estou falando da energia elétrica e tudo mais. Quando em 1941, as ilhas foram destruídas, o que aconteceu foi que, em 1955, houve um grande aterramento da Ilha da Pintada, que é o que permitiu que hoje aquelas casas estejam lá de pé, da parte central da Ilha da Pintada, porque a parte lá de baixo, que o pessoal reclamou aqui, da rádio, do Mauá, não foi atingida por esse aterramento. E agora, o que aconteceu? Isso foi em 1955, só que, em 1976, foi criado o Parque Delta do Jacuí, em 2004, transformado em APA – Área de Proteção Ambiental. Hoje, mesmo que se quisesse consertar a estrutura das Ilhas, a legislação ambiental não vai permitir. É por isso que, ao invés de laudo, tem que ser declarado que todo mundo é elegível para receber o Compra Assistida, porque a política ambiental não vai permitir recuperar as estradas e tudo mais do jeito que deveria ser. Portanto, que se reconheça que todas as Ilhas

são elegíveis e, depois, se pergunte ao morador. Eu quero o Compra Assistida, eu quero ficar.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, José. A Karen está com a palavra.

SRA. KAREN RAMOS LOPES: Eu moro na Ilha Grande dos Marinheiros, na João Inácio. A minha dúvida é igual a dúvida de todos: como vai ter vistoria nas casas, se muita gente perdeu tudo? Tu olhas a casa por fora, a casa está belíssima, o telhado está *ok*, mas a água foi até o forro, mas dentro de casa as paredes estão caindo, o piso está caindo. Foram três enchentes do ano passado para cá, e os benefícios nada entra, por casa de salários, como minha mãe que ganha um salário mínimo, ela não pode ganhar aluguel social. No meu terreno, são cinco famílias, nessa família, só eu estou inclusa para ganhar o aluguel social, que nem aprovado está ainda, só está em análise, ontem a gente foi verificar. E o restante não recebe nada, e a gente precisa de uma solução. E para fazer vistoria tem que comunicar as pessoas, porque ninguém vai ficar no meio do barro, numa casa que pode cair em cima de ti e pode ainda acontecer coisa pior. É isso que eu tenho a falar. (Palmas.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, Karen. O Christian está com a palavra.

SR. CHRISTIAN GOMES DA SILVA: Bom dia, eu sou da Ilha Grande dos Marinheiros. Sobre esse laudo que o pessoal está fazendo, os engenheiros, estiveram lá na Ilha Grande, no sábado, pois ninguém sabia desses engenheiros que iam chegar. Cadê a subprefeitura para avisar? O representante de lá de dentro das Ilhas, da subprefeitura, para avisar que eles iam ir lá, para o pessoal abrir suas casas para mostrar não só por fora. Na minha casa eles entraram, tem várias rachaduras, meu piso está quebrado, banheiro por dentro. A minha casa foi feita não faz muito tempo, uns três anos, mas com essa enchente aí ela veio

com tudo. E daí o que eles votaram? Habitável para morar – habitável! Como que eu vou morar ali? A minha filha de quatro anos fala: “A nossa casa está destruída”. Eu estou fora de casa – eu estou fora de casa! A minha filha está perguntando: “Como nós vamos voltar para casa?” E eu estou pagando aluguel do meu bolso, por causa do quê? Eles botaram um valor estipulado de R\$ 700,00, quem é que vai ganhar R\$ 700,00? Hein? Às vezes, tem gente que ganha aí o salário mínimo, R\$ 1.700,00, R\$ 1.500,00, como que vai pagar aluguel, luz? E daí tu tens que tirar do teu bolso para ficar fora de casa. Eu lavei a minha casa, deixei limpa, mas não consegui voltar, porque, quando voltei, veio a água de novo, tive que sair correndo. Então vamos olhar para o povo que está aqui, não o engenheiro ir lá e falar que está habitável a casa da pessoa, não é isso. Eles botam lá: vermelho, laranja e verde, está habitável, como que eles falam que está habitável, com várias rachadura, piso quebrado? Eu tenho três filhos, como é que eu vou levar para lá? Não tem! Então temos que levar esse laudo, mostrar para eles e falar: “Vão mudar esse laudo, são vocês que estão aqui representando, vocês estão representando, vamos mudar esse laudo”. Não chegar o engenheiro lá falar: “Está habitável, leva para eles, vão lá levar e pronto”. Não, não é isso. Eu trabalho na construção e sei quando uma casa está para cair. Daí até vocês resolverem, a minha casa vai estar lá, mas daí vai abaixar esse rio, vai vir de novo, e a casa se mexendo cada vez mais e cai em cima da cabeça de alguém, mata alguma pessoa. Então vamos rever isso aí vocês. Vocês que estão aqui representando, sentados aqui para representar, então vamos levar e falar para mudar esse laudo. Como é que o engenheiro vai levar lá o meu lado da minha casa dizendo que está habitável? Como é que eu vou morar lá? E vamos mudar também esse negócio do aluguel social: R\$ 700,00, não tem! De onde R\$ 700,00? Quem é que vai ganhar R\$ 700,00 aqui? Eu sei que tem gente de baixa renda, mas um salário mínimo, R\$ 1.500,00, daí tira ali... O pessoal aumentou ali os aluguéis, tu achas aluguéis por R\$ 1.000,00. Como é que tu vais pagar R\$ 1.000,00 um aluguel, água e luz? Já era o teu dinheiro. Então vamos rever isso aí, vocês que estão aqui, e muito obrigado.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Estamos juntos, Christina, obrigada. O Alex José está com a palavra.

SR. ALEX JOSÉ OYARZO MAYORGA: Pessoal, eu sou da Ilha das Flores, da associação... (Ininteligível.) Quero falar uma coisa, que fiquei claro para vocês, aqui o vereador falou que política, sim, uma politicagem que estão fazendo aqui. Fique claro que aqui vai sair uma série de encaminhamentos, nenhuma solução. Notamos que é temporada de audiência pública. Aqui nenhum de vocês, nenhum político que está aqui visitou as Ilhas. Nós precisamos que se mude a portaria, porque, na Ilha das Flores, só o fato de ter tido muitas inundações, não tem que passar por laudo nenhum, é automático. Tem que ser automático! (Palmas.) É uma falta de respeito, é um abuso com uma pessoa, é um abuso com o cidadão com que passa! Parem com politicagem! Fique claro para vocês que daqui não vai sair nenhuma solução, o que vai acontecer são encaminhamentos, várias audiências. As Ilhas têm que se organizar por ilhas e por comissões e, depois, se unir, para ver qual será o caminho que nós vamos seguir. Isso aqui será só encaminhamentos. Aqui o (Ininteligível.) falou do governo federal, (Ininteligível.) que não é governo federal, é uma politicagem! Onde está a subprefeitura das Ilhas que não está pressionando? Por que não está presente aqui? Nós vamos ter que tomar uma atitude e nos organizarmos como moradores das Ilhas. Estamos na temporada de audiências, vamos parar com essa politicagem. Precisamos que mude a portaria, porque a Ilha das Flores, a Ilha da Pintada, a Ilha do Pavão, todas as ilhas não precisam passar por laudos. E quando fizerem o laudo, no mínimo, chamem o morador. Eu não estou morando na minha casa, porque a minha casa caiu, não tenho uma casa, do lado de fora eu tenho um portão. Isso é uma vergonha, as Ilhas terem que passar por vocês, vocês (Pronunciamento em espanhol.) Então, nós temos que nos organizar, as Ilhas não precisam passar por laudos, sofremos muitas enchentes, muitas perdas, que se mude a portaria... (Ininteligível.) ...principal, que as Ilhas fiquem no centro de toda essa politicagem. (Palmas.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Alex, obrigada. O Douglas está com a palavra.

SR. DOUGLAS RAFAEL BRITO PINTO: Pessoal, está todo mundo vendo, escutando o que o povo quer. Todas as Ilhas – como eles falaram – realmente não precisa de laudo. O nome é “ilha”, não é? Vocês que são técnicos, vou falar com vocês que são técnicos: achem o chão lá, cavem com bate-estaca, pode ir lá, não vão achar! O colégio ao lado da minha casa está todo trincado, se cair lá, vocês deram o laudo e falarem: “Não, aqui está ótimo, pode usar”. Vocês, técnicos, estão se responsabilizando, vocês estão sendo responsáveis. Se eu entrar lá dentro da minha casa e cair o chão, que vocês vão tirar a foto por fora, sendo técnico, vocês vão assinar o laudo – vocês vão assinar –, vocês são responsáveis, se o chão cair antes da enchente, ou na próxima enchente, foi o senhor e o senhor que mandaram eu entrar de volta para minha casa, entendeu? (Palmas.) Eu não sou político, sou morador da Ilha, eu nunca me vi aqui, nunca pensei em estar aqui, não sei, tenho vergonha, mas estou aqui, entendeu? A gente perde a vergonha depois de tudo que a gente passou, de ver tudo que a gente está passando. Essas pessoas que estão aqui estão querendo a Compra Assistida, é bem claro, vocês vão levar, então? Ela explicou melhor, eu entendi. Vocês vão levar a o que nós estamos falando. Nós queremos a Compra Assistida, a gente quer uma vida melhor para nós. Vocês têm a caneta para fazer e ajudar. Alguém lá em cima vai decidir: “Ah, vamos dar ou não vamos dar para o pessoal? Vamos ajudar ou não vamos ajudar?” Querem ajudar? Não é com doação, não é com água, com comida, a gente precisa hoje, mas não é com isso, tirem nós de lá, ajudem a gente a sair, entendeu? Então, a escolha para nós, a Compra Assistida é uma escolha, não é assim um amontoado de pessoas: “Não. Vocês vão ter que ir para lá. Vai!” Não. Na Compra Assistida eu tenho o direito de escolher, eu quero morar perto da minha mãe, da minha avó ou longe da minha mãe e longe da minha avó. Essa escolha é minha. Vocês podem ajudar a gente. Olha, isso aconteceu do nada e pode ajudar a gente, porque a gente

estava lá sem esperança; agora, a gente tem esperança e depende de vocês. Vamos lá, gente. Vamos ajudar a gente!

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Douglas. O padre Rudimar está com a palavra.

SR. RUDIMAR DAL'ASTA: Dói demais, a gente não consegue mais chorar, porque a gente já chorou bastante nas ilhas, e, infelizmente, o que a gente vê aqui é que começou o empurra-empurra de novo. Vamos parar com isso. Nós não somos crianças, ninguém aqui é besta. Nós somos humanos, somos moradores e começa esse jogo de empurra de novo: governo municipal, estadual, nacional. Vamos parar. Ponto. Quando mostraram para nós a maquete da nova ponte do Guaíba, o que é que nós, moradores, dissemos para os técnicos? “A ponte vai ser muito baixa nos aqui entre o Pavão e a Ilha Grande; quando der enchente, vai passar nenhum barco.” O que aconteceu? Os técnicos disseram assim: “Vocês são uns burros; nós somos os técnicos.” O que aconteceu? Aquela palhaçada que está lá. Gente, mudem essa portaria, pelo amor de Deus! Mudem – desculpem a palavra – essa portaria!

(Manifestação fora do microfone.)

SR. RUDIMAR DAL'ASTA: Pois é! É isso aí! A creche do Pavão, os técnicos fizeram e a creche caiu! E em e todas outras ilhas... Então, muda essa portaria. O laudo... Gente, nós queremos sair da água, queremos morar. Comassetto, é preocupante uma questão que foi aqui colocada, são quatro mil moradias liberadas já, são quatro mil que tem agora. Dessas quatro mil, para quantos moradores das ilhas vai estar garantida a moradia? Essa resposta não foi dita ainda aqui. Os auxílios, Comassetto, o Pimenta disse para nós, lá dentro da igreja, que iam ser feitos mutirões para que os auxílios viessem mais cedo. Até agora nada! Gente...

(Manifestações fora do microfone.)

SR. RUDIMAR DAL'ASTA: É. Comassetto, pelo amor de Deus, lá na igreja nós temos internet. Sabe o que acontece, às vezes? O pessoal do CRAS, o pessoal dos auxílios fica o dia todo lá na Ilha da Pintada coçando o saco e outras coisas porque não tem internet, e nós temos internet. Ninguém escuta a gente. Cadê a Prefeitura, neste momento? A gente fala e ninguém escuta. Então, nós queremos agilidade. A BR está lá. Isso acontece. Então, Comassetto, responde para nós, técnicos, por favor, botem esse laudo para longe, vamos olhar a realidade das ilhas. O povo com o povo.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Baita. Muito obrigada, padre. Pessoal, então, é isso. Aqui é uma Câmara de Vereadores, o nosso papel é fiscalizar as políticas públicas. A gente não tem o poder de executar. Então, Alex, infelizmente a gente vai encaminhar, mas vamos ficar...

(Manifestação fora do microfone.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Isso. Uma coisa não substitui a outra. A gente faz o nosso papel aqui de fiscalizar, trazer as atas, entrar na justiça, fazer o bolo que for, e vocês seguem com a organização, a luta e com a possibilidade, sim, de fazer a manifestação na BR. Acho justo e legítimo. Está aqui para o engenheiro Comassetto nos trazer essa decisão em relação à mudança da portaria, porque eu acho que é a maior síntese, hoje, para que os técnicos possam trabalhar sem precisar ficar dando laudo. E aí pegar pela mancha, que eu acho mais justo. E também o questionamento, Comassetto, das casas hoje, as quatro mil e poucas que já tão destinadas para a Compra Assistida, se tem como priorizar os moradores das ilhas, visto que é uma área reincidente de enchente. Eu acho que são essas duas grandes questões.

SR. CARLOS ROBERTO COMASSETTO: Muito bem. Há duas questões aqui para nós encaminharmos, no tempo que temos ainda. Eu acho que nós tínhamos que ter começado esta reunião às 9h, discutindo esse conteúdo, para tirar todas as dúvidas. Então, primeiro é o método que nós estamos fazendo. Eu me proponho a dar continuidade a esta reunião, porque, vejam bem, já tem política construída, que é o Compra Assistida, já tem dinheiro, já tem casa cadastrada, bom, cada um tem que ir fazendo a sua parte com agilidade. Eu entendo o seguinte, que o ideal seria tirar um conselho aqui representando cada ilha, ir lá para dentro do DEMHAB para nós debatermos e tirarmos o cronograma da construção desses laudos. Porque as ilhas, primeiro é por território, por mancha. Na mancha que está condenada, estão inclusos no direito adquirido. Na quarta-feira teve a reunião lá no DEMHAB, nós podemos continuar esse debate lá no DEMHAB, e verificando inclusive a interpretação da portaria. A portaria inclusive fala ali: "...quando necessário realizar os laudos." Relatório de visita técnica e laudo técnico quando for o caso. Agora, se nós identificarmos a mancha e dissermos que aquela mancha está toda condenada, por que é que tem que ser georreferenciado? Porque isso já tem, esse é um sistema que já existe. É só colocar ali, clica a casa número tal, está dentro da coordenada técnica, ele está incluso àquilo ali e faz a identificação dele. Se esse laudo condenou toda a mancha, ele vai incluir que a toda mancha está condenada, porque se a mancha está condenada e a casa vai ficar de pé, a casa fica de pé e ele volta a morar na casa? Nós vamos botar alguém a morar na casa de uma área condenada ou não vamos? Bom, até a próxima chuva. Então nós temos que dar um jeito de resolver esse tema de realocar essas famílias. É isso que está colocado agora. Então, Karen, eu quero sugerir o seguinte: Compra Assistida... Eu estou falando, Alex, Compra Assistida, Alex! É isso. Tem dez mil unidades neste momento. Bom, quando é que vêm as próximas? Quando nós esgotarmos as dez mil. Quantas são para Porto Alegre? Bom, nós precisamos saber de quantas Porto Alegre necessita, neste momento. Nós não sabemos ainda, neste momento. Quem é que vai dizer isso? E não é empurra-empurra. Isso aqui se chama relação

federativa. O município é o responsável pelo planejamento do território. Correto?
O Município... Claro, claro...

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): É muito importante, colega Ver. Comassetto. A dúvida deles é, nessa primeira leva de casas que já existem, a ilha vai ser prioridade ou não? Essa é a pergunta.

SR. CARLOS ROBERTO COMASSETTO: No meu ponto de vista, a ilha é prioridade, quem está fora do dique é prioridade e quem está nas cabeceiras da ponte, neste momento, é prioridade. Quem é que disse isso? É o governo federal ou é o governo municipal? É o governo municipal que diz isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Então é do Município, está resolvido.

SR. CARLOS ROBERTO COMASSETTO: Está entendendo? Porque a política está construída, agora tem que vir a demanda. Porque não é um município só. Cada município tem que fazer o seu plano de trabalho e apresentar imediatamente. Então eu queria sugerir aqui, Karen e colegas, a Simone tinha que estar aqui conosco debatendo isso, a Simone que é a diretora lá. Com todo respeito aos técnicos, ela também tem o poder técnico e político desse processo aqui. Para quê? Tem que se montar um colegiado aqui das ilhas para acompanhar isso. E nós, como primeira coisa, vamos construir o calendário, quando é que vai ficar pronta a primeira demanda? Para nós sabermos. Bom, das ilhas, são todas as ilhas ou vamos pegar ilha por ilha? Vamos pegar a Ilha do Pavão, a Ilha das Flores, fazer o calendário e verificar quantas famílias tem em cada ilha para chegar ao número que nós precisamos? Nós não temos esse número. O governo federal não tem esse número ainda. Quem faz esse número é o governo municipal. Não é empurra-empurra, é nós montarmos a política habitacional para podermos fazer o deslocamento das pessoas corretamente. Inclusive, alguém falou aqui antes: é prioridade ou não é prioridade? Se as ilhas estão todas condenadas, são prioridade. Alguém tem dúvida disso? Agora nós

temos que construir isso. Bom, inclusive esse debate, na quarta-feira passada e quinta-feira passada, com o secretário nacional, que veio com os ministros, estavam lá os prefeitos – não era só o de Porto Alegre –, estava lá a Simone e foi muito discutido esse tema. Se é mancha, é laudo individual, bom, se há mancha, identifica a mancha, vão ver quantas famílias tem na mancha. Então esta é a mancha dos condenados – dos condenados que eu digo das habitações, da catástrofe que condenou. Nós precisamos fazer um método de trabalho porque se for cada um para o seu lado agora... Nós estamos à disposição, não só para o DEMHAB, para todas as secretarias habitacionais do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, de Canoas, de Eldorado, de Guaíba e assim por diante. À disposição para ajudar a construir os laudos necessários, para discutir, debater. Tem dúvida, tem que corrigir alguma coisa? Bom, isso vai e volta, a gente vai para corrigir alguma coisa que esteja a mal escrito ou que tenha interpretação dúbia. Aqui, no mínimo, tem uma interpretação dúbia nossa nesse momento. Bom, então, eu queria dizer o seguinte, respondendo: ilhas é prioridade, está dentro das prioridades. Quantos serão beneficiados da ilha? Eu digo que neste momento eu não sei, por que eu não sei? Eu sei que são vocês que estão, mas quando são? São 20, 50, 1.000, 500, 30? O estudo da Prefeitura vai dizer: essas são as famílias. Bom, vai para o sistema. O.k. todas estão incluídas. Depois vem o segundo critério de seleção, querem sair juntas, querem sair separadas? Bom, isso tudo tem que ser construído e proposto nesse momento, nós não podemos ficar aqui até dezembro de debatendo como vamos fazer. Acho que nós temos que ir para o segundo passo, que é fazer fazendo. A minha sugestão é que se tira um comitezinho das ilhas para acompanhar isso mais de perto. Tem um monte de conselho aí, tem o conselho do Plano Diretor, tem os conselhos existentes, vamos acionar para ter um grupo de trabalho permanente. A nossa agenda é diferente da agenda da vida normal. Nós temos que ter um olhar, uma dedicação mais intensa, Cassiá O Cassiá e eu debatemos a vida toda aqui, faz 20 anos que eu conheço o Cassiá de cor e salteado como vereador. Não tem aqui politicagem, o governo federal já pagou 300.000 famílias do auxílio de R\$ 5.100,00. Começaram a aparecer algumas dificuldades ou gente que alugava a

casa e quem morava na casa foi lá para receber e disseram: “Não, o dono da casa já veio aqui e recebeu”. Ou então teve que se refazerem algumas questões no sistema. Hoje de manhã o ministro Paulo Pimenta deu uma entrevista na Gaúcha – muitos de vocês assistiram – que até sexta-feira vai retomar o pagamento dos R\$ 5.100,00. Agora os outros pagamentos do Município nós não sabemos, isso é o Município que tem que responder sobre o aluguel, e assim por diante.

Então eu quero sugerir Ver. Giovani Culau e Coletivo, Ver.^a Karen Santos, Ver. Jessé Sangalli e Ver.^a Biga Pereira que nós temos que montar um método de trabalho mais intenso junto com o DMAE até para tirar dúvida, para avaliar e para vir aqui apresentar um mapa na próxima reunião.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Perfeito. Obrigada, Sr. Comassetto. Vou passar a intervenção para a Ver.^a Biga Pereira, que se inscreveu. Depois eu vou pegar, gente, a polêmica aqui em relação a ter laudo ou ter a mancha vocês vão ter que conversar, e a gente vai acompanhar enquanto vereadores. Também o encaminhamento da constituição para vocês estarem juntos também nesse debate em relação à portaria. A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Ver.^a Karen Santos, Ver. Giovani Culau e Coletivo, que preside esta comissão. Eu faço parte da Comissão de Direitos Humanos e eu queria imediatamente, Giovani, propor que a Comissão de Direitos Humanos, juntamente com a CUTHAB, promova uma audiência lá nas ilhas. Vocês nos indiquem o local que possa abrigar mais pessoas, e que a gente faça para todas as ilhas uma audiência pública lá para as pessoas que não conseguiram vir aqui hoje e que precisam ouvir os esclarecimentos que estão sendo dados. Quiçá nesse dia a gente já tenha, Comassetto, isso que tu falas de mensurar quantas famílias que tem de serem contempladas. Eu confesso que ouvi atentamente cada um de vocês, cada uma que se pronunciou aqui e concordo absolutamente com quase todos vocês, com exceção daquela cidadã que mora bem. Com os demais, eu concordo com tudo

que vocês disseram e eu concordo porque eu conheço também, e vocês sabem que eu estou com o pé no barro da ilha. Direto tenho estado lá, Simone, Karen, Curuca, Max. Nós inclusive fizemos o cadastro junto com a Cris Machado ficamos lá fazendo o cadastro ao telefone porque é isso, padre. Não tem internet, como que faz então? Aqui foi dito que muitas pessoas idosas não sabem lidar, muitas pessoas têm o celular, mas não têm pacote de dados para ficar ali fazendo funcionar então há dificuldades. E o tal do CRAS que fica lá, como disse o padre, coçando o saco, e não vai. Então, gente, eu me inscrevi aqui para dizer a vocês: o nosso papel – de vereadores e vereadoras – é fiscaliza, é de ser solidário com vocês, é de cobrar do poder público – seja ele municipal, estadual e federal – e nós estamos cobrando nas três esferas. Agora, eu tenho que dizer que existe uma portaria, mas existe uma interpretação da portaria. Meu ex-colega Comassetto leu que, na portaria, diz que o laudo é quando necessário e não obrigatoriamente com laudo. Como que faz um laudo... A Bruna falou no depoimento dela: “Olha, por fora da minha casa está tudo certo, dentro está caindo, é o alicerce, é o telhado, é o piso.” Como que um laudo, gente, com uma fotografia, vai laudar? Então vocês estão certos, é um absurdo fazer um laudo pela fachada e pela lateral da casa. A água que chegou até em cima, como é que está o telhado? Vai cair em cima das pessoas? Exatamente. Então está certo, Comassetto, tem que esclarecer melhor essa portaria. Se preciso for, se que faça um adendo, mas tem que ser pela mancha e não por laudo individual. É isso, então quero dizer, está terminando aqui o meu tempo: nós iremos lá para as ilhas, Átila, como a gente tem ido individualmente. Mas vamos enquanto Câmara Municipal, a partir das nossas comissões – Direitos Humanos e CUTHAB –, estaremos lá para dar a oportunidade a quem mais pessoas para que possam estar nos ouvindo. Contem conosco, gente, vocês sabem da tal politicagem que muitos falaram aqui: esqueçam o ano eleitoral. Eu quero terminar dizendo para vocês: não, gente – Átila vou discordar desta parte da tua fala –, nós temos é que lembrar que este ano é um ano eleitoral para não ficarmos votando sempre nos mesmos que não olham para a gente. Muito obrigada.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (CIDADANIA): Com relação à questão das – desculpa, Presidente, só pra concluir – que as ilhas são prioridade, realmente vocês todos concordam. Eu acho que a Porto Alegre concorda com a questão da prioridade. É óbvio que o engenheiro Comassetto tenha dúvida também sobre responder, porque ele não pode se comprometer por algo além do que ele tem capacidade de cumprir. Mas ele falou que tem, acho, 4.000 casas – não sei se vai poder responder isso –, mas os técnicos acabaram de me responder que, nas ilhas, foram impactadas 1.920. Então fica a dúvida que se, de fato, o governo federal consegue atender. Vou deixar para ele responder aqui. Técnico, quantas casas foram atingidas nas ilhas?

SR. RAMIRO PORTO DA SILVA TARRAGÔ: O indicativo inicial aponta 1.900 e poucas.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (CIDADANIA): Umas 2.000 casas afetadas pelo que traz o laudo. Então o engenheiro pode nos responder alguma coisa nesse sentido, pelo menos.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): A gente não vai entrar de novo nesse lugar de saber se é por laudo ou se é por mancha. A gente chegou aqui na conclusão de que é por mancha, todo mundo. Não precisa ter um engenheiro lá, inclusive, está dando mais trabalho e mais burocracia para vocês acessarem. A representação da Procuradoria do Departamento de Habitação quer fazer uma intervenção. Espero que seja para contribuir.

SRA. ISADORA GRUMBT NAJJAR: Boa tarde à Ver.^a Karen, boa tarde a todos da Mesa, eu sou procuradora do município e entrei no DEMHAB em janeiro, ou seja, já entrei no olho do furacão. Eu queria, primeiro, fazer um pequeno registro já pedindo desculpa à Ver.^a Karen, que nós, da Procuradoria, não recebemos o convite para participar da audiência pública. Então, já quero pedir desculpa, acho

que teve alguma falha de comunicação com as nossas relações interinstitucionais. Sobre essa questão do laudo, eu vou fazer só um pequeno esclarecimento, essa Portaria nº 520, que a gente já chegou à conclusão que precisa ser melhor adequada, não só o da ilha está nesse caso que não precisaria do laudo. A portaria fala em destinação de unidades habitacionais para famílias que tiveram a unidade habitacional destruída, ou seja, aquela que está no chão, ou interditada definitivamente. O que isso significa? Se o engenheiro que for laudar chegar lá e ver que a casa vai ser definitivamente inabitável, ou seja, ela não tem conserto nenhum, não adianta nenhuma obra ser feita, aí ela está definitivamente condenada. Então, é nesse sentido que a portaria fala; não é assim: olhei para casa, ela está em pé, mas por dentro ela está destruída. Sim, mas se for feito obra de reparo ela vai estar em condições? É nesse sentido esse laudo que é nesse momento, e isso é uma orientação da Defesa Civil Nacional.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ISADORA GRUMBT NAJJAR: Eu só estou esclarecendo isso só para não ficar esse ruído: “Ah, então, eu volto para minha casa?” Não é necessariamente isso...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ISADORA GRUMBT NAJJAR: Isso, e essa vistoria por drone é justamente isso. Por drone, nós conseguimos ver a casa que está destruída. Então não precisa do laudo para uma casa que está no chão. Então, o laudo desnecessário... quando necessário o laudo é quando existe a casa.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nesse caso específico, são casos adjacentes, e ela também seria dada como interditada definitivamente as duas casas. É só

importante dizer assim, como o próprio Ver. Comassetto falou, a Defesa Civil Nacional veio aqui na semana passada e deu os treinamentos com relação à interpretação deles das portarias. Então, essa interpretação não é nossa, a interpretação é da Defesa Civil Nacional com relação à portaria. Por isso que é importante que também a gente consiga rever essa questão, porque algumas áreas vão ser feitas sem os laudos. Por exemplo, a cabeceira da ponte, os diques, a gente vai definir os polígonos ali de reassentamento e vai reassentar a unidade inteira, o que não foi o caso da interpretação dada para as ilhas. Então, é importante a gente poder ver para daqui a pouco conseguir fazer isso para as ilhas, mas é importante dizer que os técnicos da Defesa Civil Nacional vieram aqui e eles passaram essa interpretação. Eles foram às ilhas e viram que era caso, de acordo com a portaria, para fazer laudos, esses laudos serem colocados... (Ininteligível.) ...seriam avaliados pela Defesa Civil Nacional e, depois, encaminhados à Secretaria de Habitação Nacional. Então, hoje o que nós temos para as ilhas é essa política. Agora, sim, claro que a gente pode tentar buscar outros formatos em parceria, porque eu digo: é parceria – entende? – a Secretaria Nacional de Habitação é o DEMHAB buscando a melhor condição para a gente atender essa política pública. Mas hoje a política dada é essa, então é importante deixar isso claro.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. CARLOS ROBERTO COMASSETTO: Não... a minha querida Ver.^a Karen disse que iria encerrar a reunião, eu disse não. Não, por quê? Não porque... desculpe... O Ramiro acabou de afirmar aqui uma orientação que eu estava dizendo que está valendo, que pode ser por mancha, que é o caso da cabeceira da ponte e os outros. Então fica a dúvida aqui ainda sobre as ilhas. O que eu quero sugerir aqui? Para nós não deixarmos isso no ar, eu estou à disposição aqui para que nós possamos fazer uma reunião de trabalho técnica para reolhar essa questão toda. Então, por isso, Ver.^a Karen. Muito obrigado.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Então, pessoal, eu preciso encaminhar esta reunião porque a gente já identificou qual é o problema, que é uma leitura de uma portaria, que eu não acho que só seja uma questão de interpretação. Hoje, a portaria não permite, sem laudo, dar a casa assistida, inserir vocês dentro do programa. Nesse sentido, o governo federal tem que se mexer e convocar uma reunião com o DEMHAB, que está dizendo que está tendo problema de inserir as pessoas dentro do programa. E nós, enquanto vereadores da Comissão dos Direitos Humanos, a gente vai fiscalizar essa reunião, porque hoje está acontecendo uma injustiça. A partir daí, a gente vai ter noção da quantidade de pessoas, porque, com certeza, não são 1.800, são muito mais, porque a gente vai se pautar... (Problemas técnicos no som.) ...para casas. Nesse sentido, a gente vai ter um levantamento, Jessé, da questão que tu trouxeste: quantas casas hoje, dentro do programa, vão ser priorizadas para as ilhas? Aí também tem que estar, já que vai ter uma modificação na portaria, seria importante que já tivesse esse critério dentro da portaria, que não pode reocupar, e *etc., etc.*, ter isso bem explícito para gente conseguir avançar.

A sugestão do Comassetto é uma reunião, então, com o DEMHAB. E aí o Comassetto vai articular essa reunião com o DEMHAB, vai nos informar, enquanto comissão, vou informar a comissão da Ver.^a Biga e vou informar as lideranças hoje que se inscreveram aqui. Eu acredito que vocês tenham que organizar também o grupo. O Alex tinha sugerido cinco de cada ilha para fazer o acompanhamento também dessa comissão...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Isso, pensar um grupo que vá conseguir vir, tencionar e dar os repasses. Os encaminhamentos hoje...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): A próxima reunião com o Comassetto e o DEMHAB, eu sugiro que seja já na semana que vem no máximo. Comassetto, não consegue para a semana que vem?

SR. CARLOS ROBERTO COMASSETTO: Esta semana.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Esta semana, melhor ainda. (Palmas.) E aí vocês já organizados, as suas representações...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Claro.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Sim, eu entendi, Alex, a gente não quer mais laudo. A gente a gente não quer que tenha que ter o laudo, essa é a nossa briga. A gente vai brigar junto por isso pode ter certeza...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Isso, se mantiver a ideia do laudo na portaria hoje, sim, tem que avisar, sim, tem que ter morador junto, sim. Mas hoje, gente, a nossa briga, primeiro, é para que não precise toda área da mancha, das pessoas que queiram a compra negociada, assistida, possam sair, perfeito? Se a gente perder... (Palmas.) Três horas, mas chegamos num lugar comum. Se a gente não conseguir, perder isso daí, aí a gente vai para discussão de como é que esses laudos têm que ser feitos. Mas a nossa briga é hoje o plano A, sem laudo, perfeito?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): A mancha da área comporta toda a ilha. Tem aquele *site* que a UFRGS fez da mancha onde foi alagado. Aquilo lá já contempla as ilhas.

O Comassetto vai amarrar a reunião com DEMHAB para esta semana ainda, e aí eu pego uma representação de vocês, pode ser?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Tu, que ficaste com dúvida ainda...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Sim, o laudo é para as casas que foram destruídas, mas a gente... o drone, mas a gente não vai seguir por aí, beleza?

Eu vou pegar todos esses encaminhamentos, gente, ouçam, e vou mandar para o grupo ali que está a Bruna, e aí vocês vão ter noção. Um, reunião, agora, essa semana; dois, reunião da comissão lá na comunidade, e aí a gente vai definir em qual parte das ilhas; três, se a gente vai conseguir a modificação ou não da portaria. Beleza?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Perfeito, gente, vamos encerrar nossa reunião.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 12h48min.)